



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 012/95

DATA: 09 de outubro de 1995.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Teixeira Soares, para que a população decida sobre a criação do Município de Fernandes Pinheiro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Teixeira Soares, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Fernandes Pinheiro, com as seguintes medidas e confrontações:

"Ao Nordeste confronta com o Município de Teixeira Soares, ao Sudoeste confronta com o Município de Palmeira e o Município de São João do Triunfo, ao Sul confronta com o Município de Rebouças e ao Sudoeste confronta com o Município de Irati e ao Noroeste com o Município de Imbituva, com área total de 420 km2."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1995
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neroni, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Ro-

manelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Techy Filho, Carlos Simões, Irineu Colombo, Marquinhos Alves e Sâmis da Silva (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° 188/95

Curitiba, 25.10.95.

Senhor Presidente.

Objetiva o presente, solicitar a Vossa Excelência, que se digne autorizar, no início da sessão do dia 13 de novembro do corrente ano, após a leitura da Ata dos trabalhos, seja concedido o espaço de quinze (15) minutos para uso da tribuna pelo Senhor Cônsul Geral do Japão, Yoshinori Nuimura.

Outrossim, a liberação de acesso ao duto Plenário do mesmo Cônsul acompanhado de sua Comitativa de Lideranças da Comunidade Japonesa, em comemoração dos 100 anos de Amizade Brasil - Japão neste País.

Contando com a atenção de Vossa Excelência a este nosso pedido, agradecemos antecipadamente, reiterando votos de estima e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) CESAR SELEME

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3181

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 446/95 que trata da aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual 11.033 de 30 de dezembro

de 1994, visando atender despesas com construção, ampliação, reparos e melhorias em escolas estaduais, transporte da merenda e material escolar, recuperação das carteiras escolares e repasse de recursos através do Fundo Rotativo.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 3196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 428/95 que transforma o atual órgão de regime especial, Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, em autarquia, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 429/95, que convalida a participação do Banco do Estado do Paraná S.A., na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO Leasing S.A. - Arrecadação Mercantil, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 430/95, que autoriza a contratação de crédito externo.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 431/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações externas, projeto junto ao BID.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Re-

gime de Urgência ao Projeto de Lei n° 432/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo, até o valor de U\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 meses.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 433/95, que autoriza o Poder Executivo a controlar operações de crédito externo até o valor de U\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 434/95 que eleva de 11 para 12 o número de representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 435/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 063/95, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 436/95, que transforma cargos do Magistério, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 437/95, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao PROVOPAR, área que especifica.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 438/95 que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Ministério do Trabalho uma área, no Município de São José dos Pinhais, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 439/95, que altera a denominação do cargo de provimento em comissão da Secretaria da Justiça; 440/95, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral no valor de R\$ 8.000,00; e Projeto de Lei n° 441/95, que aprova crédito suplementar ao Orçamento no valor de R\$ 1.500.000,00 ao orçamento da SEDU.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 442 e 443/95, que aprova crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e da Secretaria de Estado da Cultura, respectivamente.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 444, 445 e 446/95, que aprovam créditos suplementares aos orçamentos do DETRAN, Universidade Estadual de Londrina e da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 368/95.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO N° 3210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 041/95, por se encontrar com pareceres favoráveis das respectivas Comissões desta Casa.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução em andamento nesta Casa, já passou pela análise das Comissões necessárias e se encontra com os pareceres favoráveis, portanto, em condições de ser apreciado pelo Plenário.

REQUERIMENTO N° 3195

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do Art. 132, parágrafo único, inciso V, REQUEREM que o Substitutivo Geral, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 275/95, que altera o artigo 2° da Lei Complementar n° 56, de 18.04.91, seja destacado para constituir projeto em separado.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(aa) NELSON JUSTUS

CEZAR SILVESTRI

VALDIR ROSSONI

EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 3186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família de Izidoro Piccolo, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 23.10.95.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Izidoro Piccolo, italiano tradicionalista, era pessoa de grande estima e consideração que deixará grande saudade à comunidade de Santa Felicidade.

REQUERIMENTO N° 3187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família de Jean Nougain, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 20.10.95.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Vitimado por mal súbito, veio a falecer ontem o pioneiro e grande líder, Jean Nougain, nascido em Pernambuco, se fixando em Loanda em 1951, onde iniciou atividades ligadas à agricultura. Anos mais tarde dedicou-se à industrialização de móveis hospitalares, que foi sua última ocupação. Sempre na vida comunitária, foi fundador da Loja Maçônica 6 de Julho, participando ainda da fundação do Hospital Psiquiátrico Nosso Lar e outras entidades assistenciais.

Durante muitos anos atuou como Delegado de Polícia, exerceu o cargo de Secretário da Prefeitura Municipal, foi Vereador e teve estreita participação nos problemas da agricultura e pecuária, líder ruralista que sempre foi.

Era pessoa de grande estima e consideração que deixará com certeza, grande saudade à população loandense.

REQUERIMENTO N° 3182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações à Direção da Rede Paranaense de Televisão pela passagem do 35° aniversário de fundação no próximo dia 29.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa, acima de tudo, prestar mais uma justa homenagem ao trabalho de um homem que sempre pautou seu comportamento empresarial com seriedade, ética e uma aguçada visão no futuro. Francisco da Cunha Pereira Filho desenvolveu nos últimos 35 anos sua missão de forma exemplar, levando a Rede Paranaense a todos os cantos do Estado e transformando sua luta em defesa intransigente dos interesses do Paraná.

Não é preciso lembrar de seu pioneirismo na carreira que decidiu abraçar, pois qualquer menção poderia ocorrer em injustiças. Em 35 anos a frente da Rede Paranaense de Televisão e do Jornal Gazeta do Povo, o Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho demonstrou por incontáveis vezes seu amor pela Comunicação Social, le-

gado incomensurável para filhos e netos - especialmente para Ana Amélia, jornalista como o pai, que terá todas as condições de continuar o trabalho daquele que muito lhe ensina. Para nós, da minha geração, é preciso aprender a transformar a sabedoria daqueles que um dia ousaram, seguiram seus sonhos e venceram.

A Trajetória da Rede Paranaense de Televisão, percorrida a partir da excelência de seus profissionais, é vitoriosa. E este sucesso que buscamos comemorar com o presente voto de congratulações, reflete o sentimento desta Casa de Leis, que inúmeras vezes contou com o apoio da maior emissora de televisão do Estado e uma das melhores do País. Neste momento de festa, não poderíamos deixar de render nossas homenagens ao dinamismo daquele que tem sido o porta-voz das causas paranistas.

REQUERIMENTO N° 3189

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela posse, no último dia 24, dos poetas, Adélia Maria Woellner e Wilson da Silva Boia, nas cadeiras 26 e 27, respectivamente, da Sala do Poeta do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento aos poetas empossados e à Senhora Roza de Oliveira, Presidente da Sala dos Poetas do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem do 48° aniversário de emancipação política do Município de Curiúva no próximo dia 26.

Requer, outrossim, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal, José Renato Bot.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de emancipação política de Curiúva, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a cidade obteve. Hoje é uma das comunidades que mais cresce, demonstrando que a boa semente lançada pelos seus fundadores encontrou terreno fértil para crescer e frutificar.

REQUERIMENTO N° 3191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem do 48° aniversário de emancipação política do Município de Quatiguá no próximo dia 26.

Requer, outrossim, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal, João Batista Bueno.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de emancipação política de Quatiguá, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a cidade obteve. Hoje é uma das comunidades que mais cresce, demonstrando que a boa semente lançada pelos seus fundadores encontrou terreno fértil para crescer e frutificar.

REQUERIMENTO N° 3192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Munhoz de Mello, pela passagem do 39° aniversário de sua emancipação política dia 03 de novembro/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, João Matias de Oliveira, ao vice-Prefeito Senhor Luís Gonzaga de Oliveira, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 03 de novembro/95, o Município de Munhoz de Mello estará comemorando festivamente seus 39 anos de emancipação política.

Munhoz de Mello, ao longo desses anos, continua sendo a mesma cidade hospitaleira que caminha a passos largos em direção ao desenvolvimento e ao progresso, rumo ao objetivo maior que é proporcionar melhores condições de vida a toda população, e contando sempre com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

A população de Munhoz de Mello é digna do nosso respeito e admiração pelo trabalho diuturno que vem desempenhando em prol do desenvolvimento cada vez mais acentuado do município.

O aniversário de Munhoz de Mello diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza toda a comunidade de Munhoz de Mello na certeza de que continuarão trabalhando e dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do município.

REQUERIMENTO N° 3188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado, hipotecando apoio ao pedido da Associação dos Municípios do Paraná, em recursos financeiros, para pagamento do 13° salário, das Prefeituras Municipais do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.95.

(a) TOTI COLACO

JUSTIFICATIVA:

Conforme decisão em reunião ocorrida no último dia 02, do corrente mês, na Associação dos Municípios do Paraná, que contou com a presença do Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Cássio Taniguchi, juntamente com os Presidentes das microrregiões e membros da Comissão Parlamentar Especial, em fase da aflitiva situação financeira dos municípios foi encaminhado ao Secretário o demonstrativo do valor da folha de pagamento referente o mês de setembro/95, de 345 municípios do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Pedido de Informações ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantos cargos com a denominação Assistente de Segurança, simbologia 9-C, existem na Secretaria de Segurança Pública do Estado, destinados à nomeação dos chamados "Delegados Leigos"?

2 - Quais os municípios do Paraná, que estão contemplados com a nomeação de tais Delegados e o nome dos mesmos e quais os nomeados que não têm 2° grau?

3 - Quais os municípios do Paraná em que foram indicados Delegados Substitutos e que ainda não foram nomeados?

4 - A quem foram destinados os cargos remanescentes dessa simbologia - nome,

função e onde estão lotados?

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido de informações ao Exmo. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos:

1 - Qual o critério técnico utilizado para compra de veículos importados para Polícia do Estado do Paraná?

2 - Quantos veículos foram locados, qual a marca, ano, modelo, preço unitário e duração dos contratos?

3 - Qual a modalidade utilizada para o certame licitatório?

4 - Quais as empresas que foram contratadas?

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 3185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a expedição de votos de congratulações ao Doutor Elias Mattar Assad, ex-Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, bem como a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de brilhante matéria de sua autoria, divulgada no Jornal "Gazeta do Povo", do dia 25 de outubro de 1995, página 15.

Que seja a referida matéria encaminhada aos Exmos. Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Brasil inteiro está assistindo grandes debates nos meios de comunicações sobre religião, despertado pelo fato de um Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus ter chutado a imagem de Nossa Senhora Aparecida, em rede nacional de televisão de propriedade da Igreja.

O Dr. Elias Mattar Assad, está colaborando com o início de uma grande discussão que deve ser travada em todo território nacional, quando levanta a necessidade de criar uma legislação explícita para religião, assim como a Lei de Imprensa, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, os códigos de ética da OAB, CREA, CRM, entre outras leis e códigos.

"Se temos leis tutelares do consumidor, da economia popular, inclusive um parlamentar pode ser destruído de um mandato eletivo por falta de decoro, e mesmo

impedir um presidente da República, por que não se pode estabelecer parâmetros no campo ético-religioso para tutelar a credulidade pública?" Assim defende o Dr. Elias Mattar Assad, o estabelecimento de leis que regulamentem as práticas religiosas.

Está lançado o tema para um polêmico, mas necessário debate e urgente tomada de posição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 454/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de Serranópolis do Iguaçu, com os seguintes limites e confrontações:

Limite com o Município de Medianeira:

Começa no Rio Represa Grande, na foz do Córrego Sanga Funda ou Lajeado Bento Gonçalves, sobe por este até sua nascente norte, localizada na divisa dos lotes rurais 199-200, 198-200 e 197-200, até o Córrego Quinze de Novembro ou Pinhal, descendo por este até sua foz no Rio Dourado.

Limite com o Município de Matelândia:

Começa na foz do Córrego Quinze de Novembro ou Pinhal no Rio Dourado, desce por este até sua foz no Rio Silva Jardim, desce por este até sua foz no Rio Benjamin Constant, descendo por este até sua foz no Rio Iguaçu.

Limite com o Município de Capanema:

Começa na foz do Rio Benjamin Constant, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, descendo por este até sua foz no Rio Santo Antonio.

Limite com a Republica Argentina:

Começa na foz do Rio Santo Antonio no Rio Iguaçu, descendo por este até a foz do Rio Represa Grande.

Limite com o Município de São Miguel do Iguaçu:

Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Represa Grande, sobe por este até a foz do Córrego Sanga Funda ou Lajeado Bento Gonçalves, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que visa criar o Município de Serranópolis do Iguaçu vem materializar o que foi decidido pelo plebiscito realizado naquela localidade, no último dia 22.

O projeto de resolução aprovado nesta Casa cumpria todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar n° 56/91, sendo ple-

namente legal e constitucional a criação do novo município.

Segue em anexo a Ata do plebiscito realizado nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra.

PROJETO DE LEI N° 455/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica obrigada a realização do teste HIV, para detecção do vírus da AIDS, em funcionários das casas noturnas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A realização do teste terá que ser renovado a cada 6 (seis) meses.

Art. 2° - O governo estadual, através da Secretaria de Estado da Saúde assegurará a realização dos testes HIV, e terá a incumbência de fiscalizar, estabelecendo pena de multa, para garantir o fiel cumprimento da lei.

Art. 3° - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 dias.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Preocupante é a situação do país em relação à AIDS e segundo técnicos e cientistas do mundo inteiro, dentro em breve o Brasil terá maior número de pessoas aidéticas do mundo.

Faz-se necessário que o Governo tome medidas drásticas para o combate desta doença terrível, e o melhor meio é a prevenção.

As campanhas educativas são muito importantes, mas medidas drásticas tornam-se imprescindíveis antes que a situação torne-se incontrolável.

Pelo exposto, pretende-se total atenção e aceitação de tal proposta por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a tribuna nesta tarde é para deixar registrada a grande preocupação do Bloco Municipalista de também poder entrar na Mesa de um requerimento em nome do Bloco, em nome desta Casa, em nome dos Senhores Deputados, dando apoio a Associação dos Municípios do Estado do Paraná. Apoio no sentido de que possam os Se-

nhores Prefeitos receber neste final de ano a exemplo do que já aconteceu no final do ano passado, um apoio financeiro de S.Exa. o Senhor Governador Jaime Lerner, para que eles possam efetuar o pagamento do 13°.

A Associação dos Municípios do Paraná, manteve um encontro recentemente com o Secretário de Planejamento, Dr. Cassio Taniguchi e ficou mais ou menos ajustado de que ele iria fazer um levantamento das finanças do Estado e posteriormente ele voltaria a conversar com os presidentes das microrregiões, para ver das possibilidades do governo atender esta reivindicação dos prefeitos atuais.

É bom lembrar que no ano passado, municípios com até 50.000 habitantes, todos eles tiveram apoio financeiro através do governo anterior e puderam completar o que faltava para o pagamento do 13° salário.

Seria até importante alguém indagar nesse instante, dizendo o seguinte, estamos criando aí mais tantos novos municípios, estamos aí numa luta já há muito tempo para melhorar ou piorar a lei n° 56 que versa sobre a criação de novos municípios e o assunto nesta Casa e no Estado do Paraná, muito divulgado pela imprensa é o assunto da criação de novos municípios, mas é bom lembrar e é bom que esta Casa principalmente sempre fique atenta na verdade não é com a criação de mais dez, vinte ou trinta municípios que vai resolver o problema financeiro de 371 municípios do Estado do Paraná, porque nós temos que ter a nossa consciência clara de que ao longo do tempo foram se municipalizando aquilo que era obrigação do Governo Federal, do Governo do Estado, foi se repassando aos poucos aos municípios.

Haja vista hoje toda a educação é municipalizada. Haja vista que existe um convênio com as prefeituras aonde se passa e repassa para o pagamento das professoras contratadas apenas 12 meses de salário correspondente a Folha de Pagamento aos professores que prestam serviços à rede estadual de ensino nos municípios, no entretanto no final do ano o prefeito tem uma despesa de 13 salários e não de 12, porque tem que pagar o 13° salário. O Transporte Escolar, os Municípios paranaenses, os pequenos e médios municípios eles não transportam somente alunos da Rede Pública Municipal, eles transportam os alunos da Rede Pública Estadual. A saúde pública hoje nos Municípios é toda ela municipalizada, o atendimento médico, a distribuição de remédios, a merenda escolar e tantas outras obrigações que os municípios foram assumindo ao longo desses últimos anos, e na verdade, a receita, as arrecadações não foram municipalizadas.

É por essa e tantas outras razões que

quando chega-se no final do ano os Municípios estão realmente numa situação extremamente delicada. E o Bloco Parlamentar Municipalista que tem assento nesta Casa, seria muito importante que nós apoiássemos este Requerimento dando apoio a Associação dos Municípios do Estado do Paraná para que o Governador Jaime Lerner possa dentro de uma atitude muito coerente atender estas reivindicações, porque são justas; porque os Prefeitos estão executando tarefas que é do Estado.

Antes de encerrar, eu estava fazendo um relatório aqui, Senhor Presidente, de despesas extras que os Prefeitos e eu gostaria de dizer ainda, que tem Municípios que a obrigação da segurança pública é do Estado, mas que no entretanto, o agente de segurança, o próprio delegado é pago com recursos municipais. Nós temos no interior do Estado do Paraná, existe a maioria dos municípios que tem funcionários públicos municipais prestando serviços a Justiça Eleitoral que seria obrigação da própria justiça, no entretanto são os municípios que pagam funcionários lá para poder exercer, para poder realizar a prestação de serviços nas comarcas nossas. Nós temos por exemplo determinadas Delegacias de Polícia, até o combustível em alguns determinados momentos abastecidos através das Prefeituras Municipais e tantos outros encargos que os Municípios foram assumindo que hoje se encontram realmente numa situação extremamente delicada como se encontra a Sociedade Paranaense Brasileira.

Desta feita Senhor Presidente, estou dando entrada e encaminhando um requerimento apoiando, os pleitos, as reivindicações de todos os Municípios do Estado do Paraná principalmente aqueles que tem na faixa de 50 a 70 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria aqui nesta tarde do dia 25/10 para deixar registrado nos Anais desta Casa os 38° Jogos Abertos do Estado do Paraná. A fase final da nossa região no Município de Campo Mourão e dizer que a cidade está em festa, recebendo aí os atletas de 74 cidades, atletas que estão ali disputando, defendendo a bandeira do seu município e nós vemos ali e queremos aqui também deixar registrado o evento, a grande organização da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, do seu Prefeito, da sua equipe de trabalho, e nós na abertura dos jogos abertos do Estado do Paraná, nós com muita satisfação, nós recebemos o Governo do Paraná o Jaime Lerner, Governador que

foi lá levar a sua Mensagem aos atletas e ao povo do Paraná e a aventura foi um sucesso muito grande, não só por causa da presença do governador que foi lá levar o espírito esportivo aos atletas, as boas ações e dizer que não é só de vitórias que vive uma cidade, porque é preciso saber perder e também ganhar e não é só de vitórias que o atleta vai sair com a vitória dentro do campo e a presença do governador fortaleceu o espírito de luta, de disposição dos atletas, principalmente porque na abertura dos jogos o governador deu a sua mensagem de otimismo, de fé e esperança e nós recebemos a deusa do esporte do Brasil, que representa o esporte, que foi a atleta Hortência...

Portanto, Senhor Presidente, a nossa cidade, a nossa região, o Paraná está em festa e que coisa bonita ver ali os nossos jovens participando com muita alegria, com muita saúde e acima de tudo, de estar ali representando com garra e honra a sua cidade.

Parabéns aos Prefeitos que mandaram as suas equipes que está lá disputando os Jogos Abertos do Paraná e que a Abertura foi um sucesso total. O Estádio Roberto Brzinski foi pequeno pelo número de público que compareceu para embelezar e dar uma vida espetacular aos atletas, enfim, a todos os torcedores que participaram e que levaram o seu amor e carinho, prestigiando.

Parabéns Campo Mourão, aos 74 municípios do Estado do Paraná que estão disputando e fazendo o grande espetáculo, a grande festa, a confraternização do Estado do Paraná e a festa foi maior, porque o chefe do Executivo, o chefe do Estado do Paraná, o nosso Governador Jaime Lerner esteve lá presente e brilhou muito e hoje nos sentimos honrados e não poderia deixar de ficar sem registro esse grande evento esportivo do Estado do Paraná, com a presença do nosso governador, do Secretário Armando Raggio, do Secretário Jhonny Varisco que estiveram lá para prestigiar os 38° Jogos Abertos do Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Dr. Marco Antonio Isidoro, ex-companheiro que honrosamente nos visita hoje aqui. Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para comunicar a Casa com muita satisfação, o aniversário do Deputado Antonio Belinati. Portanto, está de parabéns o nosso colega.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa participa desse anúncio feito e

convida, após a reunião, no gabinete do Senhor Deputado Antonio Belinati, uma confraternização entre os colegas. Lá ele servirá um chá, guaraná e salgadinhos. Todos estão convidados.

Parabéns ao Deputado.

Concedo a palavra ao Senhor Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

A minha presença no dia de hoje nesta Tribuna se deve ao fato de tanta polêmica levantada nos últimos dias sobre criação de municípios.

Esta é uma matéria que certamente interessa a todos os Deputados, a matéria de municípios. Certamente que nesta Casa são poucos os Deputados que aqui chegaram, se não vieram através de valorosos companheiros dos municípios do Paraná, a exceção de uma meia dúzia, os demais têm compromissos muito sérios com os municípios do Paraná, municípios estes que até não sei o porque que nos últimos dias aparecem em manchetes de jornal com diversos títulos.

Primeiro a crise das Prefeituras, falência de Prefeituras, fechamento de meio expediente das prefeituras e daí por diante. E seguiu-se após as manchetes de criação de municípios do Estado do Paraná. E não só no Paraná, Srs. Deputados, esta notícia vem de Minas Gerais, onde mais de 700 municípios foram criados, vem do Rio Grande do Sul, vem de outros Estados da Federação. Os pesquisadores, os verdadeiros municipalistas, aqueles que não votam por paixão tem mostrado de que os municípios a serem criados nunca trouxeram o enfraquecimento do Estado e muito menos da União. Estudos têm sido feitos e quando nós políticos do Brasil, às vezes até nos apaixonamos por medidas políticas de outros países, nós deveríamos nos conscientizar de que países de primeiro mundo trouxeram a criação de seus Estados, a suas Nações de milhares e milhares de municípios e ali a coisa deu certo.

Deputado Toti Colaço, aqui só não está dando certo porque não se cumprem as leis. As leis de convênios não são cumpridas. Nem o Governo Federal cumpre a lei com o Governo do Estado nem o Estado cumpre a lei com os municípios. Aqui não se cumprem as leis.

Por esta razão, pelo não cumprimento das leis já existentes se criam outras e outras e outras leis para se tapear, para se enganar as leis já colocadas anteriormente. Se tivéssemos realmente um cumprimento de leis jamais aqui se discutiria o problema do enfraquecimento da falência e fechamento de Prefeituras.

A Secretaria de Educação não está cumprindo com o pagamento assinado em contra-

to com as Prefeituras do Paraná. O Ministério da Educação não cumpre com o Governo do Paraná, com o Governo Jaime Lerner, o que assumiu de compromisso que é o fortalecimento dos convênios de educação. O Ministério dos Transportes não cumpre com a Secretaria dos Transportes com o determinado e o especificado.

Desta forma a coisa sempre acontece e quebra do lado mais fraco, precisamente as Prefeituras estão pagando pelo não cumprimento de lei da área federal e da área estadual.

Por isso que nós Deputados, oriundos dos municípios do Paraná não temos como e não temos sequer a moral de aqui ditarmos regras e normas contra os verdadeiros municipalistas do Estado. Precisamos sim de alguns critérios e os critérios que eu apresento nesta emenda dessa criação de municípios é uma bem simples, é pedindo a participação dos municípios como um todo e pedindo a participação do Judiciário como um todo ou seja, para se criar um município antes, a exemplo do antigamente, a exemplo de leis que já existiam nesta Casa, para se criar um município antes a Câmara Municipal daquela cidade tem que transformar em Distrito Administrativo aquela área a ser desmembrada e após a criação do Município Administrativo, tem que ser criado o Distrito Judiciário.

Pergunto aos Srs. Deputados, numa localidade que não há interesse de ter um cartório, um tabelionato pode haver interesse de se criar um município, aonde sequer exista um cartório para Registro da criança que nasce naquele Distrito, logicamente que não. Então vamos dar uma oportunidade a que os municípios através dos vereadores, da Câmara Municipal se levantem e criem primeiro o Distrito Administrativo, aí uma participação dos Vereadores daquele Distrito que representam a comunidade do município inteiro para após o requerimento da Assembléia sugerir e pedir ao Tribunal de Justiça a criação do Cartário ou seja a criação do Distrito Judiciário.

Com a participação da Câmara de Vereadores, com participação do Tribunal de Justiça, certamente os municípios que sejam criados pela Assembléia, não serão ônus apenas dos Deputados que estão sendo transformados em cabos eleitorais a favor daqueles que pleiteiam os municípios a serem criados. Seria uma integração entre os municípios existentes, Tribunal de Justiça e este Poder maior político do Estado que é a Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Kury) - Estamos recebendo a visita da Escola Estadual Brasília de Araújo, de Bela Vista do Pa-

raiso. Professora Shuko Kamita, professor Rui Barbosa de Oliveira, professoras Cleuza, Nilza, Eliete, Geni e alunos da 7.^a e 8.^a séries.

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Usamos a tribuna nesta tarde para tecer aqui duas questões, primeiro a entrega à Mesa do Relatório Conclusivo da CPI da SANEPAR. A segunda, uma questão que diz muito de perto com o Norte do Paraná.

Começariamos, Sr. Presidente, com a entrega que faremos a seguir do relatório da CPI da SANEPAR, criada por esta Casa no dia 22 de maio passado, no qual consumiram 5 meses de trabalho, exaustivos depoimentos, coleta de documentos, ouvimos os diretores e funcionários das administrações anteriores da SANEPAR, ouvimos a diretoria atual da SANEPAR e seus funcionários, ouvimos auditorias externas independentes. Ouvimos os auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que realizaram auditoria com relação ao PROSAM, Delegação que receberam do Banco Mundial. E nesses cinco meses foi possível chegar à uma conclusão que hoje trago a esta Assembléia e encaminho à Mesa para as medidas que forem cabíveis.

Srs. Deputados, muito se falou no início deste ano, especialmente no momento de crise no abastecimento de água de Curitiba. E por Requerimento subscrito pelo Deputado Rosinha e pelo Deputado Waldir Rossoni, esta Casa entendeu de criar a CPI para que fossem analisadas 3 questões básicas: Desabastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, atraso nas obras do PROSAM e possíveis irregularidades na assinatura de contratos entre a SANEPAR e as empreiteiras.

A CPI concluiu que há efetivamente um déficit no abastecimento de água de Curitiba. Que o Sistema anterior de desligamento de bombas e remanejamento não atendiam com eficácia a população de Curitiba, e por outro lado o sistema atual que foi adotado a partir de 21/2 do corrente ano também não atendia aos interesses da população de Curitiba e Região Metropolitana, por quê? Porque não conseguiu no seu primeiro momento atingir o que se propunha tecnicamente, em função de não ter a SANEPAR um cadastro atualizado dos registros de manobras, em função de não ter os sistemas interligados no transporte de água das suas redutoras e portanto, o sistema que tecnicamente poderia ser viabilizado teve esses problemas justamente por essas questões.

Daí a Comissão da SANEPAR a CPI entendeu que nem um dos dois sistemas corres-

pondem ao processo de eficácia e eficiência com quem tem que ser tratado a questão da água na região de Curitiba.

Com relação ao PROSAM: reconhece o atraso especialmente com relação as modalidades do Edital de Licitação, reconhece que houve um empréstimo de materiais sem que isso pudesse ser feito através do Edital de Licitação que não permitia e determinou e determina que seja glossado, que seja cobrado das empreiteiras o valor de 166 mil reais correspondentes a defasagem do empréstimo de materiais realizado e com aquilo que foi glosado nas faturas de pagamento.

Recomendo ainda que não seja mais adotado o sistema que hoje vigora de projeto básico simplificado aonde não permite, não dá condições para que possa fazer uma licitação chegue bem aproximado do custo real da obra. E observamos que em função deste projeto básico insuficiente levou a empresa a exaurir os recursos oriundos da licitação sem que tivesse concluído as suas obras. E daí hoje ainda sendo, nas estimativas da própria SANEPAR necessário recursos da ordem de 8 milhões para concluir as obras referentes à etapa do PROSAM 1.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró - Deputado José Maria, participamos, nos 5 meses em que a CPI realizou seus trabalhos em cima das investigações pelas denúncias que foram acatadas aqui e que na época, o líder do Governo Algaci Túlio e também o Dr. Rosinha, e em cima dessas denúncias fomos averiguar e criamos a CPI. Depois dos 5 meses, chegamos ao término e muita coisa que ali foi investigada, hoje consta desse relatório que o relator Eduardo Trevisan entregou a essa Presidência e que V.Exa. está entregando à Mesa da Assembléia, para que aqui no Plenário ela venha a ser votada.

Vimos que no período das investigações, a questão da falta de água, sabemos que desde a história do abastecimento de água de Curitiba, a falta de água sempre existiu. A questão do PROSAM, vimos um projeto que foi contratado, um projeto básico completamente furado, um projeto no qual no decorrer da realização das obras ele foi sendo mudado periodicamente, por não ser um projeto conclusivo, um projeto real e quero citar que na nossa maneira de ver, dos componentes da comissão, todo recurso foi sangrado via questão dos escoramentos, onde o projeto básico trazia que a necessidade era em torno de 11 m², de escoramento. Isso, num dos lotes e esse mesmo lote que apresentava no projeto básico, 11 m² foram usados 16 mil m².

Então a questão está explicada na mi-

nha maneira de entender. O projeto básico, pelo qual a empresa contratou, era um projeto completamente furado e a grande vasão dos recursos que eram para realizar uma obra, saiu via escoramento.

Tudo isso consta do relatório. Isso e outras coisas mais que investigamos e que vai ser encaminhado ao Poder Judiciário. Espero que esse relatório dê continuidade e que os que vão ter a obrigação de analisá-lo, levem ele em frente e cheguem a uma conclusão, punindo aqueles que devem ser punidos. porque o nosso papel foi feito com muita dignidade, apresentando todos os problemas existentes em cima de tudo o que escutamos de várias pessoas que foram ali depor.

A nossa parte está feita e quero parabenizar a você e ao relator pelo trabalho cansativo que foi e pela dignidade com que você, Presidente e o relator se mantiveram durante todo esse período.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço as referências, mas foi fruto de um trabalho de equipe que se empenhou para que pudesse ser realizado.

Senhor Presidente, como ia argüindo, a SANEPAR teve um projeto básico insuficiente para que pudesse concluir e recomendamos através de um relatório, que a empresa não mais adote esse sistema de projeto básico simples, porque ainda, acima de tudo, na continuação do PROSAM, porque grande parte das obras ainda terão que ser executadas e não será possível incorrer em outros erros crassos como foram cometidos aqui.

Gostaria de destacar, Senhor Presidente, que foi uma CPI que funcionou na sua totalidade, com 7 membros, todos eles participando ativamente dos debates e discussões, na busca de uma solução e sobretudo, para que pudessemos dar respaldo à atuação do Legislativo nesta Casa e diante do Paraná.

Gostaríamos Senhor Presidente de deixar como recomendação a esta Casa, que discutamos melhor. Toda CPI ao ser constituída, para que resgate não só o objeto que haveremos de realizar, mas sobretudo, resgate a função do parlamento que deve ser a de investigar nas suas conseqüências e com isto, possamos contribuir com o Executivo e mostrar à sociedade a função na sua extensão, deste Parlamento.

Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Muito obrigado, Deputado José Maria.

Gostaria de participar desse seu discurso, até porque fui Relator da CPI da SANEPAR, no sentido de parabenizar a todos os Deputados que dela marcaram presença,

que dela participaram. V.Exa. como Presidente, o Deputado Plauto Guimarães, como Vice-Presidente, o Deputado Angelo Vanhoni, o Deputado Walmor Trentini, Deputado Albanor Gomes e o Deputado Luiz Cláudio Romanelli. E de fato esta CPI vai ficar marcada realmente em nossas vidas públicas como um período em que todos nós dedicamos grande parte do nosso esforço Parlamentar para realmente contribuir com a sociedade paranaense para o esclarecimento dos fatos. De fato a CPI teve começo, teve meio e teve fim. Ela no seu Relatório Final, contempla com uma série de conclusões importantes e que vão realmente permitir aí o prosseguimento das investigações e quem sabe até futuras ações cíveis e criminais no sentido de reparação dos danos e ressarcimento dos prejuízos aos cofres públicos.

Foi uma CPI que teve momentos difíceis, momentos conturbados, teve os seus momentos de extravasão das águas dos rios tranquilos em que ela percorria, mas graças a Deus, todos nós soubemos manter a nossa tranquilidade, a nossa paciência. Eu confesso, como relator, sofri muito até nesses momentos, até pela minha inexperiência de primeiro mandato, sofri com muita angústia estes momentos, e graças a Deus, ao encerrar os trabalhos eu me coloco com muita tranquilidade, numa posição de muita certeza de ter cumprido com o meu dever.

Acho que no Relatório final nós só contemplamos aquilo que de fato nós pudemos comprovar à luz dos documentos e dos depoimentos. Não fomos em nenhum momento omissos, não deixamos de falar nada e não fomos até exagerados ao afirmar aquilo que não podia ser colocado. Foi realmente uma CPI dedicada, V.Exa. muito bem afirmou que durante todo o período de trabalho, período em que nós desenvolvemos os trabalhos, nós pudemos contar com a participação permanente de todos os sete membros. Eu acho que não houve nenhuma reunião que não se realizou por falta de quórum.

Então, acho que ao final, não quero aqui comentar cada um dos pontos que abordamos no Relatório Final, por que eles já são de conhecimento de todos os Deputados e da imprensa, mas de qualquer forma é um relatório que representa a vontade de todos os membros desta CPI, ele não se desviou por nenhuma das correntes políticas que compunham a CPI, ele foi um relatório, acredito que justo, um relatório equilibrado, coerente, responsável, sério e que de qualquer forma representa a conclusão de um período muito intenso de trabalho, dedicação de todos os membros.

V. Exa. merece as nossas homenagens, porque teve um comportamento muito equilibrado, democrático, convocando todos

aqueles que a CPI entendia serem importantes para o esclarecimento dos fatos, solicitando todos os documentos que os membros requisitavam a V.Exa., sempre num comportamento sério, democrático e ao mesmo tempo firme e as vezes até incisivo e contundente nas suas posições e declarações.

Parabéns a V.Exa., parabéns a todos os membros. Não sei se vou ter entusiasmo para participar de outras CPI's que virão aí, se vierem a acontecer, mas de qualquer forma vou guardar esta grande experiência e lição que eu tive durante os trabalhos da CPI da SANEPAR.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, quero deixar aqui o testemunho do agradecimento e da lisura com que atuaram os Deputados que compuseram esta CPI, Deputado Plauto Miró, representando o PFL, Deputado Eduardo Trevisan, Relator, representando o PTB, Deputado Albanor Gomes, representando o PP e depois o PSDB, o Angelo Vanhoni, representando a Bancada do PT, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, representando o PMDB e o Walmor Trentini, representando o PDT.

Foram momentos de discussão, mas que nós jamais em momento algum deixamos que assuntos e interesses pertinentes a CPI nos envolvesse e daí o feliz desfecho de podermos apresentar a esta Casa o Relatório que foi votado por todos os seus membros e diante disso, Sr. Presidente em seguida passo às suas mãos para que possa tomar as medidas de praxe.

Gostaria ainda de trazer um assunto a esta Casa que é de extrema importância e relevância neste momento em que nós discutimos o orçamento do Estado.

E a discussão do orçamento, a sua distribuição demonstra o interesse do Governo, o interesse administrativo que o Governo tem para cada região e para cada assunto do seu governo e nós estamos a observar que os interesses estão concentrados na região de Curitiba e região Sul e aqui como Deputado representando o Norte do Paraná, não poderia jamais deixar de passar de fazer este registro.

Não foi sem razão que os Deputados Federais se recusaram a subscrever a uma emenda, as emendas do governo, porque concentraram as emendas especialmente no Sul do Estado, esquecendo que existem outras regiões no Estado e esta postura, esta decisão do Governo provocou nesta semana que corre uma manifestação firme na Câmara Municipal de Londrina, inclusive voltando ao velho chavão da separação entre o Sul e o Norte.

Estabelecida a discussão, hoje estampam os jornais a idéia de separação que nós já tínhamos vencido pela integração de

ações e de governo que pudesse efetivamente, minha cara Irondi Pugliesi você que representa a região Norte e que precisamos fazer com que lá também sejam recebidas as emendas e amanhã, nessa próxima sexta-feira vai ser objeto de discussão na Associação do Médio Parapanema a questão colocada, abordada por Londrina.

Nós somos contrários, porque aqui até temos colocado com muita ênfase contra a divisão e criação de municípios e não poderíamos nós agora estarmos pregando a divisão, mas é hora de que o governo e esta Casa olhem com atenção a repartição das verbas e que o Norte, o interior do Estado tenha e venha a receber também este direito para que nós possamos continuar um Estado unido e trabalhando para o seu progresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme a imprensa havia previsto, teve jornal até que se antecipou ontem, ocorreu a vitória do Governo na Câmara dos Deputados por ocasião da reunião da Comissão de Constituição e Justiça para admitir a demissibilidade ou não da emenda que quebra a estabilidade do servidor público e durante a sessão da C.C.J. de ontem na Câmara dos Deputados, se votou a legalidade de uma lei que transfere ao Presidente da República, a competência exclusiva de dar aumento salarial dos três poderes.

Senhor Presidente, eu não sou advogado, não sou especializado na Constituição do Brasil, mesmo sendo leigo, o pouco que aprendi, aprendi desde criança que deve haver independência dos Poderes, eles devem ser harmônicos, devem conviver em boa paz, mas cada um deve ter a sua independência.

Salvo evidentemente nos períodos de ditadura em que o País conviveu em que a Constituição de pouco valia.

Mas, Senhor Presidente, se há independência para frente, se for apenas o Presidente da República autoridade responsável para dar aumento de salário para o Poder Judiciário, como será a independência do Poder Legislativo que de acordo com a matéria de ontem da Comissão de Constituição e Justiça também será o Presidente da República que dará aumento para o Poder Legislativo. E na extensão aqui no Paraná, será o Governador do Paraná a autoridade chefe suprema dos três Poderes, nós vamos passar a viver quase que no Regime de Monarquia, vamos criar verdadeiros reinados no Brasil.

Então, vamos chegar, será o Governador do Paraná se essa emenda for aprovada pelo Plenário, caberá apenas e tão somente ao Governador dar aumento de salário para quem trabalha no Executivo, para quem trabalha também no Judiciário e para quem trabalha nesta Casa Legislativa, no âmbito Municipal igualmente por extensão o Prefeito ficará com a força redobrada com a caneta na mão, com o machado para passar na cabeça do pessoal porque o Prefeito será uma pessoa idolatrada porque ele terá a vontade ou não de dar aumento de salário, se não tiver vontade, azar do funcionário público, porque não há nenhuma Lei que diga ter, qual é o critério para dar aumento.

A emenda aprovada ontem diz que será da competência exclusiva do Presidente, então por extensão o Governador e Prefeito é que vão se intrometer no Poder Legislativo quando Governador e também no Legislativo Estadual e no Âmbito do Município o Prefeito vai ingerenciar também nas Câmaras Municipais.

E por último, Senhor Presidente, a mesma Comissão de Constituição e Justiça, que de maneira corajosa, arrotou para o Brasil a sua independência, que ali ninguém se curvava diante da caneta, da opressão e do poder do Palácio do Planalto, não é nem estranho porque o fato já é público e notório em troca de sete bilhões de reais, pasmem os Senhores, que é a dívida da Bancada Ruralista que negociou com o Presidente, nem papai Noel é tão bom e dá tanto presente para o povo como o Presidente Fernando Henrique deu para perdoar a dívida dos agricultores, praticamente um perdão, porque eles terão de 7 a 10 anos de prazo para pagar a dívida, vão ter de um a dois anos de carência, quer dizer, durante um ou dois anos dependendo do montante da dívida ninguém vai pagar nada.

E quando começar a pagar vão pagar 3% de juros. Os Senhores vão perguntar se é por semana, eu pago, na minha conta descoberta, e está aí o banco para confirmar, em média 4% de juros por semana do meu cheque especial descoberto. E não é o pequeno produtor não, são alguns espertalhões por aí que vão pagar a dívida da agricultura em 7 ou 10 anos com 1 ou 2 anos de carência de prazo e com um jurinho que nem papai faz isso para um filho de apenas 3% ao ano, quer dizer, quando devolver esse dinheiro, vai estar valendo absolutamente nada. Qual a compensação que o governo teve? Teve na bandeja e me lembro daquela rainha que o rei perguntou qual o presente que ela queria ela disse que queria a cabeça de João Batista na bandeja e foram lá, cortaram a cabeça e trouxeram para ela. E para dar os 7 bilhões de perdão, perguntaram qual era o

presente que o papai queria. É, aprovar na CCJ o direito de se colocar nas mãos de prefeitos, governadores e do presidente da República um facão para degolar a cabeça do servidor público.

De acordo com essa emenda, prefeitos, governadores terão até 98 para fazer baixar a folha de pagamento de pessoal para, no máximo, 60%. Quem não baixar a folha de pagamento para, no máximo 60% até 98, a partir de 98 não pode mais reduzir folha de pagamento e o prefeito ou governador poderão ir para a cadeia, de acordo com o que está aprovado lá.

Então conseqüentemente, não é nem preciso falar que o facão vai correr solto e o medo que temos é que alguns prefeitos e governadores acabem se transformando em verdadeiros imperadores e usem desta prerrogativa do medo, da prerrogativa do direito de demitir, para aterrorizar o servidor público, porque ainda ontem, ao participar por duas horas de um debate ao vivo na Rede Independência de Televisão, quando terminou aquele debate e que eu estava na rua, pegando o carro, me chamaram para atender a um telefonema. Era uma Senhora dizendo: "Deputado, trabalho aqui com um desembargador no Tribunal de Justiça e quero confessar que estamos vivendo um verdadeiro pavor, o medo de perdermos o nosso emprego a qualquer momento com a aprovação ou com a expectativa de se aprovar essa emenda em Brasília.

Não há dúvida que da mesma maneira como o prefeito entra no cargo e leva a sua equipe nos cargos comissionados, não vai faltar gente. Se o mundo já teve a autoridade que pôs fogo em Roma, já teve Imperador que nomeou o seu cavalo como senador, já teve um Hitler que matava os judeus e provocou a 2.^a Guerra Mundial, já teve um

Collor de Mello que vivia em Brasília, mandava o funcionário voltar para casa e, de repente, a gente ia na repartição pública e eles terceirizavam, quer dizer, ficava uma multidão de funcionários em casa, uma multidão muitas vezes até continuando e receber do governo federal, e no seu lugar o governo colocava empresa particular para fazer o mesmo serviço.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Com relação à estabilidade do funcionário público, tenho a seguinte posição: quem garante a estabilidade ou o que garante a estabilidade é a qualidade e eficiência do funcionário. Agora, quando se fala que não teria critério nenhum, pelo menos o que vi nessa lei que seria aprovada, teriam alguns critérios. Não seria simplesmente partindo da vontade do governador, do presidente da República ou do prefeito.

Os funcionários que são concursados, teriam que ser mantidos e eu daria um exemplo: num dos municípios que represento, da região centro-oeste do Paraná, o Prefeito, antes de terminar o mandato, elaborou um concurso onde colocou todos os seus funcionários que eram comissionados, fez o concurso e com a lei que está em vigor, esses funcionários passaram a ser estáveis, fazendo com que houvesse um comprometimento de 92% de toda arrecadação do município, somente com a folha inviabilizando o município. Então, da forma como estava, não podia continuar.

Com relação à questão dos produtores rurais, com a liberação com a anistia de 7 bilhões de Reais, o que gostaria de dizer é que os grandes favorecidos, na verdade, foram os pequenos produtores. Se é justo ou não, realmente isso deve ser questionado, até porque sou produtor rural e fui um dos que paguei os nossos financiamentos e acho que foi extremamente injusto para aqueles que pagaram.

Agora, na verdade o produtor rural não tinha condições de saldar as suas contas se não houvesse uma medida por parte do Governo. Acho, inclusive, que ela veio tarde. Ela deveria vir há questão de quatro, cinco meses atrás beneficiando todos os produtores rurais, porque aqueles que pagaram, na verdade, foram penalizados. E existe um dispositivo, Deputado Belinati, talvez o Senhor não saiba, que essa lei somente beneficia até 200 mil Reais. Então, na verdade, ele vai beneficiar na sua grande maioria os pequenos e médios produtores do país.

O SR. ANTONIO BELINATI - Nobre Deputado Cezar Silvestri, pequeno produtor não deve 200 mil Reais porque é uma dívida pesada pra caramba.

O Sr. Cezar Silvestri - Até duzentos mil Reais, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI - Queria lembrar o seguinte, um dos dispositivos da lei é que o cargo extinto não pode ser preenchido depois. Mera palhaçada, nobre Deputado Cezar Silvestri.

Então é o seguinte, tem um cargo lá, Deputado Ricardo Chab, oficial de gabinete, está extinto, então este não pode mais preencher. Aí cria o cargo de coordenador de gabinete, não é isto? Assistente de gabinete, não pode, muda. É só mudar a denominação é outro cargo, está resolvido, então, vi até um Deputado ontem na Voz do Brasil dizendo que isto vai gerar um grande empreguismo na vida pública.

O Sr. Nereu Moura - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

O SR. ANTONIO BELINATI - Estou falando no Horário do PDT também, a pedido insistente do Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Antonio Belinati, estou acompanhando o discurso de Vossa Excelência e apenas peço o aparte a Vossa Excelência para manifestar aqui a minha opinião em relação a questão da rolagem da dívida dos agricultores. Tenho sido um Deputado, um político e um cidadão que tem se entristecido muito com algumas políticas que estão vindo de Brasília, do Governo Federal.

Mas quero aqui manifestar de público o meu contentamento com relação a este acordo que foi estabelecido, Deputado Belinati, lá em Brasília no sentido de minimizar a grave crise que assola a agricultura brasileira. Sem sombra de dúvida foi uma medida acertada, uma medida inteligente, porque ela visa acima de tudo, viabilizar a pequena propriedade. Nós, que somos do interior do Estado, sabemos que o agricultor está descapitalizado ao longo das safras, vem perdendo, vítima da política insana do Governo Federal, que não tem uma orientação definitiva para o setor agrícola.

O SR. ANTONIO BELINATI - Deputado, queria colocar o seguinte: este problema da dívida não está nem em debate aqui. É que foi mencionado pela imprensa e até o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados deu entrevista em todos os grandes veículos de comunicação do Brasil, dizendo que ele foi pego de surpresa também, porque este é um entendimento que vinha sendo mantido há muito tempo com o Governo, e só na antevéspera de se votar a lei da estabilidade, é que o Governo fechou um acordo e um acordo que causou estranheza, portanto, até à Comissão de Agricultura.

Quer dizer, foi uma barganha, tanto é que o resultado ontem lá, pela lógica, se esses seis membros da Bancada Ruralista mantivessem o voto pela preservação da estabilidade, foram 27 votos pela queda da estabilidade. Se eles não votassem seria 21 votos pela queda da estabilidade. O outro lado, que ficou com 23 votos, iria para 29 votos.

Então, o resultado, ontem - se não houvesse esta barganha - seria 29 a 21 para que continuasse a estabilidade.

O Sr. Nereu Moura - É. O fato é que o mérito da questão, acho que é justa, Deputado Belinati, efetivamente vem ajudar a agricultura brasileira, e é sobre isto que gostaria de falar.

O SR. ANTONIO BELINATI - O que lamentamos é que não tenha sido fechado este acordo em outras circunstâncias.

O Sr. Doutor Rosinha - Permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o parte que Vossa Excelência me concede, mas fiz inscrição para falar sobre a questão da estabilidade do servidor público.

É necessário dizer que a estabilidade não é privilégio de servidor público. A estabilidade é necessária para que o Estado possa ter um serviço público eficiente, de qualidade, para exercer as tarefas que lhe cabem, porque se a cada dois, três, ou quatro anos mudar seus trabalhadores, jamais terá a empresa, o Estado eficiente. É no sentido de proteger a qualidade do serviço, e proteger o usuário do serviço, que se tem essa estabilidade e mais quando na Constituição de 88 colocou-se a questão da estabilidade para todos, não era pedido de servidores públicos, partir justamente de um setor da sociedade que durante o período da Ditadura encheu a máquina administrativa e depois, na hora de votar a Constituição, é o mesmo setor.

Quero lembrar aos Senhores Deputados, que na época, o Deputado José Genuíno, andava com um apito durante a sessão, apitando e dizendo que aquilo ali era que ia partir o trem da alegria, o trem que levava esses funcionários. Você faz algumas coisas sem consultar, depois quando adquire uma certa profissionalização, você demite.

A estabilidade do servidor público é garantida de uma maneira ou de outra, com legislações que variam um pouco nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, na Espanha, em Portugal, na Grécia, na França, dá para fazer uma lista enorme de países em que a estabilidade é garantida no serviço público.

No Brasil, se compararmos com todos esses países que acabei de citar, tem menos funcionários públicos, em relação a população, do que esses países. Se compararmos com o que é gasto no Produto Interno Bruto - posso trazer esses dados, se assim Vossa Excelência desejar - demonstra que é o Brasil que tem o menor comprometimento desses países, do seu Produto Interno Bruto para o pagamento de funcionários.

O problema do estado brasileiro, são os péssimos administradores, que nunca se preocuparam em profissionalizar o servidor público, são os cargos de confiança em excesso, em detrimento de profissionalizar o servidor público. O estado autoritário com uma postura vertical no exercício do poder sem horizontalizar e democratizar os serviços públicos. Na hora em que se fizer esse tipo de correção, essa máquina se

tornará eficiente. Por isso nós, do PT - não só lá, mas aqui - temos defendido a questão da estabilidade do serviço público.

Só para concluir: prorrogar também o período probatório de 2 para 5 anos, é manter justamente aquilo que o Deputado Federal disse ontem, dentro da questão do empreguismo, porque se faço concurso público este ano e contrato, alguém, o meu mandato é de quatro anos e aí no quinto ano o outro assume prometendo um monte de emprego e demite e jamais teremos serviço público de qualidade, com profissionais competentes para atender a população.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência passa falar no horário do PTB.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito Obrigado, Presidente.

Concedo aparte do Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Queria lhe cumprimentar e parabenizar por dois motivos. Primeiro o seu aniversário no dia de hoje e segundo pela sua brilhante entrevista no dia de ontem quando assistimos e Vossa Excelência enalteceu o Poder Legislativo, pela sua postura, não ficou em cima do muro, assumiu de público que realmente é a favor do funcionalismo público no que diz respeito a estabilidade e comungo plenamente com Vossa Excelência.

Mas se o Governo Federal, o Governo Estadual, continuar pagando os salários que vêm pagando aos funcionários não há que se preocupar muito o problema de número de funcionários, porque vergonhosamente o governo paga muito mal.

Acho que os funcionários que têm criatividade e todos têm só está faltando oportunidade mas tão logo a economia e financeiramente o Brasil se levantar, certamente o governo do estado vai precisar de muitos concursos para preencher as vagas, porque não podemos aceitar que por exemplo, um engenheiro do DER, em fim de carreira ganhe apenas 1.100, 1.200 reais por mês.

Por isso, acho que o Governo está tapeando, está simplesmente misturando as coisas. Ao invés de ter a capacidade mostrar o quão mal paga os seus funcionários, vem ainda ameaçá-los com essa medida que realmente é um abuso muito grande aos coitados dos funcionários públicos dessa Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, Deputado Geraldo Cartário.

O que procuramos...

O Sr. Eduardo Trevisan - ...é um problema para a sociedade como um todo, inclusive para nós que vivemos na vida privada aí. Acho que o funcionalismo deve ter da nossa parte, todo respeito e consideração, já fui prefeito e deve-se preocupar com essas mudanças que podem ocorrer com as mudanças de uma administração que não seja da mesma corrente da administração que encerra o seu período, mas acima de tudo, devemos propugnar para construirmos nesse país um serviço público forte, eficiente e enxuto e que corresponda às nossas expectativas.

O SR. ANTONIO BELINATI - Obrigado pelo aparte, mas eu queria citar um ditado que a gente ouve desde criança: "Pimenta nos olhos dos outros é refresco". Me perdoe citar esse ditado tão comum, mas estou cuidando de um caso de uma pessoa que tem curso superior e que trabalha numa firma prestadora de serviço a um órgão do Governo do Paraná. Essa pessoa, mesmo com curso superior, já falou até em suicídio, caso perca o seu emprego.

Então, é aquela história: bom, mas se tiver excesso, o que há de se fazer? É lei. Vamos demitir e eu pergunto, Srs. Deputados, se viesse uma lei dizendo que aqui nesta Casa nós só pudéssemos ser 50 ou 45 Deputados, eu pergunto: quantos de nós aqui não perderiam o sono? E se atribuisse ao Presidente Anibal Khury a tarefa de dizer o seguinte: ele vai escolher os 4, ou os 5 ou os 9 que não vão ser mais Deputado, porque a lei diz que agora, ao invés de ser 54, só poderão continuar 45 Deputados. Será que haveria tranquilidade aqui? Então, imagine o medo que vai haver. Já está havendo esse clima de pavor do nosso servidor público, com medo de perder o emprego. Alguns, que já devem estar tomando calmante e outros, como esse caso aqui, de chegar a pensar na prática do suicídio, desesperado, pela perda do seu trabalho.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Possivelmente voltaremos a tratar desse assunto, até porque, alguns aspectos que eu queria colocar para dar ênfase ao meu pensamento, seria deselegância com Vossa Excelência se eu os colocasse num aparte, mas apenas um pensamento: dificilmente uma pessoa faria um pronunciamento a favor da manutenção da estabilidade, se não estivéssemos num país chamado Brasil, porque veja bem, o próprio fato de aprovar uma lei no Congresso Nacional, mexendo com direitos adquiridos do cidadão, estabilidade no emprego, é a

maior prova já, por si só, de que não se pode admitir uma votação como essa, porque um país chamado Brasil, inchou conscientemente no curso do tempo, concentrou funcionários e chega num determinado momento e pura e simplesmente diz o seguinte: se fomos irresponsáveis e levantamos a nossa folha de pagamento para 70 ou 80%, agora vamos aprovar uma lei e ao invés de enxugar a folha de pagamento com critérios, com redistribuição de pessoal, vamos facultar que se pegue e despeça como quiser funcionários que estejam concursados, com estabilidade, com a alegação de que se extingue o cargo e em contrapartida, pela outra porta, o poder público vai continuar criando cargos em comissão e nomeando por duas, três, quatro vezes maior salário, seguramente do que os cargos com estabilidade que ele demitiu.

Então, para que entendamos, quando comecei dizendo que é muito difícil subir numa tribuna e defender contra a extinção da estabilidade, é para lhe parabenizar, porque na verdade, a estabilidade deveria ser uma questão de necessidade e de competência. Mas se fosse num serviço público que não fosse o nosso, aonde lamentavelmente sabemos que inclusive em concurso público ainda existe lamentavelmente o Q.I. - Quem Indica, para aprovação nos cargos abertos.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado ao ilustre Deputado Caíto Quintana. Encerro, Senhor Presidente...

O Sr. Emerson Nerone - Permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Belinati, vimos aqui no começo do ano, mais propriamente em janeiro, o Governo do Estado do Paraná, antes de criar a estrutura, criando 511 cargos em Comissão e depois, no mês seguinte, arranjando lugar para esses 511 servidores trabalharem. E vemos na proposta hoje de reforma administrativa do Estado, do Estado brasileiro, dizer que os Governadores, os Prefeitos, o Presidente da República, cada um na sua esfera, vai poder demitir, a partir do momento que ele gastar acima de 60% que seria o limite.

Então, ele teria condições, pela lei, de demitir e aí parabenizo Vossa Excelência pela defesa de que não há mecanismos na lei que dêem claramente quem seriam estes demitidos, quais seriam estes demitidos, e aí vamos cair certamente num revanchismo, vamos cair num contrasenso na hora de escolher quais seriam estes demitidos.

Mas, principalmente, Deputado Belinati, gostaria de entrar numa questão estrutural para ver como esta proposta não tem fundamento nenhum.

Deputado Eduardo Trevisan, a Assembléia Legislativa do Paraná não tem nenhum mecanismo que consiga comprovar quanto gasta, como gasta, com quem gasta, aonde estão os funcionários do Estado do Paraná.

Tenho aqui nas minhas mãos, estou hoje distribuindo um release à imprensa, recebi ontem uma resposta do Governo do Estado do Paraná, dizendo que não tem noção de onde estão os seus funcionários, quais são, quantos são, aonde trabalham, quanto ganham, ele não tem noção. E se o Governo do Estado do Paraná, dez meses depois de ter tomado posse, não tem noção de quais são os seus funcionários, quanto mais nós, como Assembléia Legislativa do Paraná, condições de fiscalizar qual o percentual que ele gasta de fato com isto.

Três Secretários, no mesmo dia, deram afirmações de três valores completamente diferentes esses dias atrás. O Secretário Cássio Taniguchi, Secretário Reinhold Stephanes, um falou em 70%, um em 80%, o Secretário da Fazenda falava em 83%.

Portanto, enquanto não se criar condições estruturais para que o órgão fiscalizador, a Assembléia Legislativa do Paraná, e as Assembléias Legislativas dos referentes Estados, das Câmaras dos Vereadores e da Câmara Federal, dos Deputados Federais, tenham mecanismos de fato para controlar esse percentual, essa lei é completamente inócua, e vai depender só da sinceridade ou não dos administradores públicos.

Então, esta lei não tem fundamento nenhum, na medida em que ela não tem condições de ser fiscalizada e ninguém pode fiscalizar de fato quanto o Estado gasta hoje com funcionalismo.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado ao jovem Deputado Nerone e lembrar, Senhores Deputados, um fato importante, quanto é que cada administrador vai poder gastar com pessoal, 60%. Cada notícia aponta um índice, como disse o Deputado Nerone, uma Prefeitura diz que gasta 80, outra 90, já se falou que tem Prefeitura e Governo de Estado no Brasil gastando 100% do que arrecada.

Mas vamos admitir que um Governador esteja gastando 80% na folha de pessoal. Aí, por instrução, por lei, ele demite 20%, demite uma quantidade de funcionários até chegar em 60% da sua Receita. E quando ele não saciou ainda a sua vontade de continuar perseguindo, há um outro fator, Senhores Deputados, quando ele chegar no limite, Deputado Tavares, quando ele chegar no limite de 60%, se ele tiver vontade de passar o facão em mais adversários, ele dá um aumento de salário de 20%, aí ele fica com a prerrogativa de passar o facão em mais gente, se a lei fala em 60%, quer di-

zer, sempre que tiver vontade de degolar alguém, ele vai aumentando o salário do pessoal e vai botando para fora da Prefeitura ou do Governo Estadual aqueles funcionários que não atendem a sua vontade política.

Portanto, a nossa preocupação, e quero crer, da grande maioria desta Casa, é que não se crie um verdadeiro inferno, um verdadeiro campo de extermínio dos nossos funcionários, porque aquele medo que aquela Senhora demonstrou ontem no telefonema que me fez logo que terminou o "QI na TV", não tenho dúvida, a minha intuição indica que esse medo deve ser o mesmo de milhares e milhares de funcionários no Paraná e no Brasil, que possamos ficar atentos, vigilantes com o que vai acontecer a partir de agora com a tramitação dessa emenda do Plenário e que pode ainda ser modificada e quem sabe para pior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No mês de setembro/93, apreciamos nesta Casa de Leis uma mensagem do Governo do Estado, que criava 150 cargos de Assistente de Segurança, simbologia 9C, para atendimento dos municípios do Estado do Paraná, aonde não são comarcas e que não tinham o delegado de carreira.

Naquela época a Secretaria de Segurança contava com 172 cargos de Assistente de Segurança e tinha no efetivo no seu quadro de carreira, 220 delegados concursados e nomeados no Estado do Paraná. A alegação na época da Polícia Civil, era de que os 220 delegados de carreira não era o suficiente para o atendimento de todas as comarcas do Estado.

Questionamos na época, como que o Paraná, não tendo 220 comarcas, os 220 delegados de carreira não poderiam atender a todas essas comarcas. Fomos convencidos pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, pelo Diretor da Polícia Civil na época, de que cidades como Curitiba, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Ponta Grossa, requeriam um número bem maior de Delegados de Carreira. E que não havia pessoal suficiente para atendimento de todas as Comarcas do Estado.

O Governador da época, Requião, então determinou a nomeação de mais 86 delegados concursados. Posteriormente o Governador Mário Pereira também autorizou a nomeação de mais 42 Delegados e agora, há pouco dias atrás, o Governador Jaime Lerner completou o quadro de carreira dos Delegados

de Polícia, com 400 Delegados de Carreira para o Estado do Paraná.

Além dos 172 assistentes de segurança na época, o Governador Requião também encaminhava a esta Casa a Mensagem 399, que foi aprovada por este plenário, aonde foram criados mais de 150 cargos de assistente de segurança para atender aos municípios que não são comarcas, os pequenos municípios do Paraná, aonde denominamos de Delegado Calça Curta.

Na época até, dentro dessa Mensagem, nós tivemos uma emenda do atual hoje líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, na qual se exigia a comprovação da escolaridade de segundo grau para esses Assistentes e que este cidadão ou que esta cidadã está ocupando o cargo da simbologia 9-C denominado para assistente de segurança, nós queremos saber aonde ele está lotado, seu nome e o que ele está fazendo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Reny Borsatto.

O SR. RENY BORSATTO - Senhor Presidente, subo a esta tribuna com uma preocupação muito grande com respeito às nossas rodovias do Paraná. Recebi o orçamento para o ano de 96 e vi que não consta nenhum benefício para as rodovias do norte pioneiro. Portanto, fiz um levantamento das rodovias principais, de transporte nesse estado. Um exemplo: a rodovia de Ourinhos a Ponta Grossa. Nessa rodovia a distância é de 300 km. Só para se ter uma idéia, a venda de combustível dessa rodovia, dos postos dessa rodovia, soma dez milhões e quinhentos mil litros.

A rodovia de Foz do Iguaçu a Ponta Grossa, com uma distância de 572 km a venda de combustível é de 8 milhões e 550 mil litros. A rodovia de Maringá a Ponta Grossa: 300 km. A venda dos postos é de 3 milhões e 800 mil litros de combustível.

Outro detalhe importante: de Ourinhos ao Porto de Santos a distância é de 490 km. De Ourinhos ao Porto de Paranaguá, a distância é de 510 Km. Portanto, rodovias de Ponta Grossa a Jacarezinho, só temos 40 km de duplicação, só que a partir desse ano que vem, no Estado de São Paulo, a rodovia Castelo Branco vai se iniciar de Santa Cruz do Rio Pardo até Presidente Prudente. Se o governo do Estado não fizer a duplicação da rodovia de Ponta Grossa até Ourinhos, daqui a 5 anos, não temos um saco de soja no Porto de Paranaguá.

O SR. ORLANDO PESSUTI - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Reny Borsatto, a preocupação que V.Exa. traz a conhecimento do Plenário

na tarde de hoje é das mais importantes para nós neste momento, porque V.Exa. nos traz ao conhecimento, principalmente este detalhe da duplicação da rodovia Castelo Branco que sabemos hoje chega até próximo a cidade de Ourinhos e que irá com certeza, pelo que diz V.Exa., evidentemente com conhecimento de causa, chegar até Presidente Prudente, ou quem sabe até a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul ou caminhando em outras direções, se for o caso.

Isto realmente se soma, Deputado Reny Borsatto, a uma série de outras ações que vem desenvolvendo o Governo do Estado de São Paulo e que certamente acarretarão um prejuízo muito grande ao Estado do Paraná, principalmente ao Porto de Paranaguá, porque o Estado de São Paulo, como todos nós sabemos já desenvolveu há alguns anos a hidrovias do Rio Tietê, que se interliga ao Rio Paraná e ainda anteontem, se não me falha a memória, na Gazeta Mercantil, jornal editado em São Paulo, traz uma outra reportagem dizendo da interligação que se faz através do Porto de Santos e hidrovias do Rio Tietê, ali próximo a Piracicaba, Rio Paraná, e comenta-se, inclusive que irão com essa hidrovia até bem próximo a cidade paraguaia de Hernandarias, fazendo com que não só a produção do Mato Grosso do Sul, não só a produção paranaense, mas também a produção paraguaia, hoje cliente efetiva do Porto de Paranaguá, possa daqui a pouco estar sendo desviada através dessa hidrovia, que se interliga a ferrovia, as rodovias e chega ao Porto de Santos.

Esta notícia que V.Exa. nos traz faz com que nós fiquemos ainda mais preocupados, porque é evidente que existindo essa duplicação até Presidente Prudente ou até a divisa com o Mato Grosso, é evidente que a produção do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso do Norte, hoje transportada na sua grande força para o Porto de Paranaguá e para a indústria moageira situada em Paranaguá, será desviada, com certeza, para as indústrias de moagem e produção de óleo de soja e seus derivados de São Paulo e será exportada também pelo Porto de Santos, razão pela qual nós nos somamos à preocupação de V.Exa. no sentido de que nós deveremos desenvolver estudos para que a duplicação dessa rodovia já iniciada e executada em governos anteriores de Ponta Grossa até Pirai do Sul, se não me falha a memória, possa ela prosseguir, como diz V.Exa., até a divisa do Estado do Paraná, lá com Ourinhos, e que possamos não só essa rodovia, mas outras rodovias estratégicas como a 277, a 366, rodovia do café, inclusive, sei ser esta uma preocupação da nossa Vice-Governadora, Emilia Belinati, quando Deputada inclusive fez constar do Orçamento emenda propondo a duplicação da

rodovia do Café, no trecho pelo menos no trecho de Ponta Grossa até Apucarana.

Entendo que temos que ter estas preocupações que V.Exa. tem, temos que levar adiante a idéia, a proposta, inclusive, que está se transformando em lei, através do Deputado, de um projeto do Deputado Marquinhos Alves que teve o privilégio de ser Relator na Comissão de Finanças que procura dar sequência a uma idéia já iniciada no Governo Richa, depois andou pelo governo Álvaro e Requião, e volta a ter força novamente com a presença outra vez do Secretário Deny Schwartz nos Transportes, que é a implantação da hidrovía do Rio Ivaí, no seu trecho Rio Paraná até Dr. Camargo.

Tivemos o privilégio de Relatar esse projeto, ele virá a Plenário e por isso que entendo que o governo do Estado que já se preocupa sim com essas questões de duplicação de rodovias, mas que façamos desta preocupação um ato concreto, um ato verdadeiro, para que possamos duplicar daqui para Foz, daqui para o norte do Paraná e de Pirai até Ourinhos para que possamos dar condições de desenvolvimento, de manutenção as indústrias já instaladas, instalação de novas indústrias e principalmente darmos condições para que o Porto de Paranaguá continue funcionando e principalmente tendo o que exportar e importar dentro desse volume maior que se pretende com a implantação do porto já anunciada.

Cumprimento V.Exa. de trazer a discussão esse assunto no dia de hoje.

O Sr. Beto Richa - V.Exa. me permite um aparte?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos recebendo a visita da governadora em exercício, convidamos V.Exa. para fazer parte da Mesa.

Com a palavra o Deputado Beto Richa.

O Sr. Beto Richa - Quero parabenizar V.Exa. pela preocupação e iniciativa desse estudo que V.Exa. fez e que ora nos apresenta. V.Exa. que é um nobre representante do Norte Pioneiro e que temos trabalhado em conjunto para levar recursos e benefícios àquela importante região do nosso Estado e que foi ao meu ver esquecida, desassistida, nos últimos doze anos.

Eu, que venho atendendo um número razoável de prefeitos daquela região, procurando auxiliá-los, atender as suas solicitações junto ao governo do Estado e acompanhando acima de tudo as suas angústias, nesse importante momento de dificuldades porque atravessa todo o país.

É uma região bastante carente, mas que tem um grande potencial, o que falta real-

mente é uma vontade política em atender aquela região e eu comunico a V.Exa. inclusive que estou encaminhando um requerimento amanhã nesta casa, que solicita imediata recuperação da rodovia no seu trecho de Castro até Santo Antonio da Platina e também em conversa com o Secretário dos Transportes, Deny Schwartz, solicitando reparos e algumas duplicações em alguns trechos de rodovias daquela região, ele nos assegurou que tem uma grande preocupação e que pretende iniciar já no próximo ano a duplicação de Castro até Jaguariaíva pelo menos numa primeira etapa, que é o trecho da rodovia mais movimentado do nosso Estado, até um informe aos Senhores Deputados da importância dessa rodovia.

O Sr. Nelson Tureck -... desse país, principalmente hoje que temos um anel de integração regional e temos certeza que o seu norte pioneiro faz parte do Programa de Desenvolvimento do Paraná do nosso governo Jaime Lerner.

Obrigado e parabeno o Senhor pelo seu brilhante discurso.

O SR. RENY BORSATTO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Convido o Deputado Neivo Beraldin para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra o Senhor...

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Só registrando a visita da delegação de Londrina, do Senhor Dimas de Mello, Juiz da 2ª Vara da Família, do Dr. Antonio Vinkel promotor de Justiça, Dr. Irineu A. Vieira, representando o Conselho Comunitário de Segurança, vereadores Major Adalberto e Carlos e da Márcia Lopes, secretária da prefeitura de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa com os ilustres visitantes.

Com a palavra, no Horário das Lideranças, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA - Senhor Presidente, resolvi vir à tribuna em função do discurso do Deputado Belinati, que disse que a estabilidade, o fim da estabilidade no emprego do servidor público tinha sido negociado ao liberar o empréstimo aos fazendeiros do nosso país, tal negociação se deu fora da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional.

Tenho os dados do Banco do Brasil, as aplicações no crédito rural envolvem a cifra em torno de 17 bilhões de reais. Esse valor corresponde a 268.917 contratos

produtores. Destes contratos até dez mil reais, são 156 mil 865 produtores, ou seja 58% entre todos os produtores que tinham crédito rural no Banco do Brasil.

Esses 58% até dez mil reais de empréstimo representam 2,63% dos recursos do Banco emprestado. Desse total, somente dez por cento desses produtores estão inadimplentes ou estão com as suas contas anormais perante o Banco do Brasil, ou seja, 0,9%. Menos que 1% de todo o montante que são esses pequenos, é o que devem para o Banco do Brasil. 1%, Senhores Deputados entre 150 mil e 200 mil reais, são 6.600 produtores que representam somente 2,4% dos contratos, 2,4%. Usaram 7% dos recursos do Banco do Brasil. Destes 6.600 produtores, 20% estão anormais. Não saldaram as suas dívidas com o Banco do Brasil, o que representa 23% do total das anormalidades. Que devem mais de 500 mil são 5.800 produtores que devem mais de 500 mil reais. Representa do total 2,1% dos produtores rurais, esses 500 mil, mas significa que usaram 55% dos recursos daqueles 17 bilhões de reais. E deste total 32% não saldaram suas dívidas. São anormais, inadimplentes. E consomem, Senhores Deputados, 71,59% dos recursos inadimplentes, enquanto os pequenos que devem até 10 mil representam um por cento dos recursos inadimplentes. Estes são os estudos feitos pela Comissão de Agricultura da Câmara Federal e que não foi ouvida na hora de se negociar.

Então esta negociação tornou-se uma negociata na troca de favores, na qual 7 bilhões saíram do Tesouro para sustentar os grandes empresários inadimplentes deste país, enquanto os pequenos têm solicitado paralelamente a este acordo que liberou 7 bilhões do Tesouro, os setores da pequena produção rural do país, lutam de forma inglória pela liberação de indigentes duzentos milhões de reais, perto daqueles 7 bilhões, prometido pelo governo para o financiamento da safra 95/96, no âmbito do programa nacional de fortalecimento da política da agricultura familiar.

Pede-se a liberação de duzentos milhões no âmbito dos pequenos para o atendimento do PRONAF e não se obtém enquanto o governo numa negociação para ver as suas emendas à Constituição, libera 7 bilhões para favorecer aqueles que até hoje em muitas ocasiões buscaram verbas do serviço público, do Tesouro do Estado, e não investiram na agricultura e muitos casos já foram denunciados e podemos citar alguns que ao longo da história empurra com a barriga as suas dívidas, como os usineiros, como aqui do Paraná, como recentemente citado neste Parlamento pelo Deputado Ângelo Vanhoni, no que diz respeito ao usineiro paranaense.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rosinha, antes de colocar o meu posicionamento quanto a esta questão, apenas gostaria de saber eu não entendi direito, o Senhor tem aí a informação dos 10 mil reais até os 200 mil aonde foi feito o teto da negociação, quantos produtores estariam dentro desta faixa de crédito?

O SR. DR. ROSINHA - Teria que fazer as contas, eu não as fiz, porque teria que fazer a conta pegando o total que não é difícil de ser feita. Na hora que pegamos, são 268 mil 917 produtores, na faixa até 10 mil, 156 mil 865, de 150 a 240 mil, 6.600, acima de 500, 5.800. Esta é a diferença que não fiz a conta.

O Sr. Augustinho Zucchi (Aparte) - Dr. Rosinha, apenas faço com a sua permissão a interferência neste seu pronunciamento. É óbvio que há algum tempo já se discute essa questão da dívida dos agricultores do país. Esta Casa assinou, apoiou, e aprovou um requerimento aonde era favorável a securatização da dívida, mas é óbvio que aqui não foram discutidos os critérios também, qual era o teto, se era 200 mil, se era 100 mil, enfim, qual é o limite para que evidentemente o Governo Federal pudesse estabelecer esta forma para o pagamento desta dívida.

É notório e na verdade é um desvirtuamento da política de crédito rural deste país ao longo dos tempos que sempre os pequenos produtores tiveram duas vertentes muito claras. Primeiro, sempre foram os que menos receberam recursos na sua quantidade total aportada para o crédito rural. Segundo, foram os que sempre honraram o pagamento dos seus débitos. Isto para nós é uma situação clara. Fico preocupado em que a gente possa, na verdade questionar os critérios utilizados, o mérito em que pese muitos dos pequenos produtores terem saudado os seus débitos a custo da sua infra-estrutura básica da sua produção. Muitos deles se desfazendo da sua junta de bois, do seu tratorzinho, tirando ali aquilo que era essencial da sua propriedade para fazer o pagamento da sua dívida. Imaginamos que o mérito da securatização da dívida, ele tem que ser muito bem pensado para ser questionado. Não vou aqui, evidentemente, não concordar com a sua preocupação, da forma que foi feito no Congresso Nacional. Algum tempo eu tenho tido a preocupação de porquê que a Comissão de Agricultura da Câmara Federal não participa das negociações com relação ao encaminhamento dos problemas da agropecuária, principalmente nos grandes eventos

que aconteceram em Brasília.

Tivemos numa reunião na Confederação Nacional da Agricultura e lá não estava a Comissão de Agricultura da Câmara. Acho que está havendo algum desentendimento nesse sentido. Agora é claro, que se o benefício foi extrapolado, para alguns agricultores uma parcela mínima que realmente utilizam do recurso crédito rural, não para atividade essencial que é da produção das culturas agrícolas, claro porque houve força no Congresso Nacional suficiente para isso.

Agora, o mérito da questão que gostaria de defender é que não era possível darmos a volta na agricultura se não houvesse securatização da dívida e incluo aí muitos dos pequenos agricultores, que embora em menor número, não tivessem ainda saldado os seus débitos. Agora é claro que precisamos ter a preocupação, com relação ao crédito do PRONAF que é um juro muito maior do que aquele acordo que foi feito e que não está sendo colocado para que os agricultores possam se beneficiar desse recurso e produzir, fazer agora o seu plantio.

Gostaria de ponderar nesse sentido, de que muitas vezes estamos numa luta heróica e os agricultores foram às praças públicas, foram feitas centenas de reuniões e se buscava realmente uma forma de prorrogação da dívida, no geral, mas principalmente beneficiando os pequenos produtores, ocorre que veio nesse momento que muitos pequenos produtores já saldaram o seu débito, mas assiste razão ao pronunciamento de V.Exa. no sentido de que precisamos com o mesmo empenho do Governo Federal fez esse entendimento que coloque aos pequenos produtores os recursos para que eles possam imediatamente continuar produzindo, porque senão teremos na produção realmente aquela preocupação que o governo já tinha de que diminuísse aí a produção, aumentasse o preço da cesta básica e tivéssemos um aumento na espiral inflacionária.

O SR. DR. ROSINHA - Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni- Deputado Rosinha, esta questão é muito polêmica, mas uma questão que tem que ser acrescentada a preocupação nossa é a seguinte: é a hora em que está acontecendo...

O Sr. Péricles Mello - V.Exa. me permite um aparte?
(Assentimento)

Se fossemos discutir esse assunto a esse nível, tudo o que o governo fizer para beneficiar setores econômicos passa a ser injustificável. Tanto faz se é um dono

de terra como um empresário de uma indústria, sempre que ele receber dinheiro, pode alegar que é para produzir. Então, até aí, "morreu o Neves". Acho que a discussão não pode ser encarada dessa forma. Tem que ser percebida do ponto de vista de que infelizmente no Brasil, o grande produtor rural que tem condições de competir no mercado, tem condições de se recuperar, tem condições de vender uma junta de bois, ele é equalizado. É o pequeno que está desaparecendo. Ora, é interessante! O governo tem justificativas para fazer um subsídio desse para o grande proprietário rural e faz o mesmo subsídio para o pequeno. Os dois são iguais na disputa econômica, ou não são iguais? E os recursos do programa à pequena agricultura que não existem?

Hoje mesmo me telefona o Sindicato de Pirai do Sul que não existe recurso para o PRONAP naquela cidade. Ora, temos que parar com essa brincadeira! Em toda a história do Brasil quem foi beneficiado pelos recursos do Estado, os mesmos recursos que faltam para a educação, para a saúde, que faltam para pagar funcionário público. Esses recursos primeiramente são em benefício de quem? Do grande, daquele que está no topo da pirâmide social e que tem força política para pressionar e regatear com o governo na hora de votar um projeto de lei administrativo, que os pequenos infelizmente ainda não têm porque os partidos que os representam são ainda frágeis e por isso não têm a mesma pressão política para negociar os seus interesses.

Essas coisas têm que ser esclarecidas. O bloco agropecuário coloca o quê? Que todo produtor é igual. Tanto faz ter 5 hectares como ter 1.000, é a mesma coisa! Ele não diferencia. Agora, na história do Brasil o que é que acontece? Um processo absurdo de concentração da terra. Hoje 2% dos grandes proprietários são donos da metade do território nacional. Essas coisas têm que ser esclarecidas.

Estão regateando uma dívida, na hora de votar a reforma administrativa como bem disse o Deputado Belinati. Agora, acabar com o funcionário público que ganha um, dois salários mínimos, esse pode morrer de fome, não tem problema nenhum, não aparece nas páginas dos jornais e a economia não entra em crise. Agora, se pegarmos dados estatísticos da reforma administrativa que se colocou na "Folha de São Paulo", 10,6% dos funcionários públicos são cargos de confiança, eles recebem 48% do total da massa de salários dos funcionários públicos federais e a reforma administrativa quer demitir o pequeninho! Não, a reforma administrativa seria acabar com tantos cargos de confiança e dar uma carreira decente para o funcionário, para que ele possa evoluir, porque é evidente que uma

pessoa que ganha pouco e nunca vai poder evoluir na sua profissão, tenta não trabalhar mesmo.

Então a reforma administrativa tem que ser de outra forma e essas questões têm que ser colocadas, porque senão, tudo o que o governo fizer em função de qualquer grupo econômico, passa a ser defendido politicamente, quando a desigualdade cada vez mais se agrava em nosso país.

O DR. ROSINHA - Concedo aparte ao Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Apesar da discordância do Deputado Péricles, sempre defendi que o produtor rural deve ser tratado de igual forma, independente de ser micro, pequeno, médio ou grande produtor. Quem produz tem que ser valorizado no nosso país.

Com relação à grande quantidade de pequenos produtores que pagaram as suas dívidas, em função de que eles foram beneficiados na safra passada, porque eles podiam fazer a equivalência-produto.

Já o médio e o grande produtor tiveram que fazer, no seu empréstimo, uma complementação onde foi incluída a TR, onde tivemos preços agrícolas estáveis e foram a âncora do Plano Real, a chamada "âncora verde", os preços agrícolas ficaram estabilizados por um ano e ele teve, no seu financiamento, a conversão de mais de 43%.

Por essa razão e principalmente o médio produtor não conseguiu quitar a sua dívida e os pequenos tiveram essa facilidade, porque no próprio contrato previa a equivalência-produto.

Concordo com V.Exa. quando fala da injustiça inclusive, com aqueles que pagaram. Essa medida, na minha avaliação, teria que ter sido tomada há 5 ou 6 meses atrás, porque todos aqueles que venderam toda a sua produção, além da produção para honrar seus compromissos tiveram que vender outros bens, para honrar seus compromissos, não vão ser beneficiados. Isto vem ocorrendo, não somente no Governo Federal. O próprio Governo Estadual quando pessoas que não pagam ICMS, de repente vão renegociar, sempre vem medidas que facilitam e ajudam aqueles que não honram com seus compromissos.

Acho que isto tem que acabar no país.

Então, continuo defendendo que o produtor, independente de ser micro, pequeno, médio ou grande, tem que ser tratado com igualdade. O que precisamos, na verdade, é colocar na cadeia aqueles que pegam o dinheiro subsidiado do Governo e de repente não utilizam na agricultura, utilizando para outros fins. Muitos deles usando, inclusive, na época da ciranda financeira para aplicação nos Bancos, recebendo juros

altíssimos, enquanto pegavam dinheiro subsidiado. Isto que temos que combater.

Agora, aqueles que produzem tem que ser valorizados no Brasil. E o Governo Federal, na minha avaliação, foi extemporâneo, foi muito tardia esta medida, mas quanto ao seu mérito eu acho que nós não podemos discutir. Se não fosse tomada esta medida inviabilizaria a agricultura no país, principalmente para o médio produtor.

E outro dado, quando o senhor levanta os números, Deputado Rosinha, na relação se vê grandes produtores, grandes, não seriam grandes produtores, pessoas que pegaram um grande volume de empréstimos, aí também estão as cooperativas do Estado do Paraná, ela capta os recursos junto ao Banco do Brasil e repassa aos produtores. Ela está aí como um dos grandes devedores, mas na verdade no momento que se beneficia o pequeno produtor está beneficiando a cooperativa. Se isto não ocorresse nós teríamos a quebra de 90% das cooperativas do Estado do Paraná.

O DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção dos Senhores Deputados. Creio que o aparte feito pelo Deputado Péricles responde o que foi dito pelo Deputado Nereu Moura e Cezar Silvestri.

O que ocorre é que 7 bilhões de reais foi na sua grande parte para a maioria, assim como foram os 3 bilhões de reais do Banco Econômico. E ocorre que isto não foi feito a sete, seis meses atrás, porque naquele momento não era o momento da negociação entre Deputados e o Poder Executivo para aprovar emendas constitucionais. O momento é agora. Por isso é que se deu agora.

E respondendo ao Deputado Augustinho Zucchi a Comissão de Agricultura da Câmara não é chamada para negociar porque ela é excluída, quando houve a negociação entre os vários Partidos para presidir aquela Comissão, essa Comissão de Agricultura foi designada, ficaria com o PT.

Inclusive o próprio Presidente, Eduardo Magalhães, teve que dizer que se aqueles Deputados decidissem que a Presidência não fôsse para o PT ele faria a intervenção naquela Comissão para poder garantir a democracia dentro daquela Câmara Federal.

Então, ela é excluída de qualquer negociação porque sabe que ela tem no seu presidente, Deputado Alcindo Modesto um defensor dos pequenos agricultores deste País.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra a Liderança do PDT.

(Declina).

Liderança do Governo.

(Declina).

Passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Este Projeto já tem plebiscito, está com a cópia do Tribunal Regional Eleitoral, portanto, esta Mesa está apta a recebê-lo. Deputados que o apoiam permaneçam como estão. **Apoiado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 080/95, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL.

PROJETO DE LEI Nº 080/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODERL.

Art. 2º - A Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODERL, terá como função de planejar e coordenar as ações do Governo do Estado do Paraná, entre outras, nas áreas de:

- I - Infraestrutura;
- II - Desenvolvimento econômico;
- III - Integração entre municípios;
- IV - Turismo e patrimônio histórico-cultural;
- V - Meio ambiente;
- VI - Saúde.

Art. 3º - O estudo necessário à viabilização da instituição da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODERL deve ser necessariamente concluído até o final de ano de 1995, de forma a propiciar o planejamento orçamentário necessário à instituição do referido órgão para, no máximo, o início de 1996.

Parágrafo Único - Se o Poder Executi-

vo Estadual possuir a dotação orçamentária necessária, fica autorizado a criar a Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODERL de imediato.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. ALGACI TÚLIO (**Pela Ordem**) - Só para registrar que espero já tenha sido feito o registro que foi aprovada uma Emenda, deixando de ser CODEL para ser CODERL.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - A súmula do projeto original e a Redação Final já estão corrigidas.

O SR. EMERSON NERONE (**Para Encaminhar**) - Sr. Presidente, só parabenizar os Deputados Algaci Túlio e Ângelo Vanhoni que é o Líder da Bancada do PT, pela iniciativa desse Projeto.

Esse Projeto é um Projeto que visa melhoria de condições de vida no litoral do Paraná. É um Projeto de futuro, com pensamento de grandeza, diferente no nosso modo de entender daquela onda de separação que teve ali no litoral do Paraná e tenho certeza que a população do litoral, a partir do momento que haja esse Conselho de Desenvolvimento do Litoral, vai ver que a saída não é a separação de Caiobá, de Matinhos, de Pontal do Sul, de Paranaguá, mas sim um plano de desenvolvimento estratégico para aquela região um plano que reconheça a soberania daqueles que moram no litoral, que têm direitos sobre aquela propriedade, mas que não têm condições de subsistência exatamente porque lá só funciona praticamente três meses o comércio.

Então, é necessário um Plano de Desenvolvimento por parte do Governo do Estado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 108/95, que estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 108/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Respeitadas as disposições da legislação municipal pertinente para liberação dos alvarás de localização, as academias de artes marciais deverão proce-

der o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública como condição para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único - Por delegação de competência, o cadastro das academias de artes marciais, no âmbito dos municípios, ficará a cargo da Delegacia de Polícia local.

Art. 2º - O registro das academias junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, procedendo o registro na Junta Comercial, conterà o nome, a formação técnica ou escolar e a qualificação de todos os seus sócios e de todos os seus instrutores.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública determinará inspeções semestrais nas academias, cancelando o registro daquelas que não cumpram as disposições da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/95, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Duílio Genari e outros, que altera o artigo 2º, da Lei Complementar nº 56, de 18.04.91. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 88, de 02.08.95).

VOTO EM SEPARADO AO PARECER DO RELATOR, DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EXARADO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 275/95

O projeto de lei em exame é de autoria do nobre Deputado Duílio Genari e outros, objetiva alterar o artigo 2º, da Lei Complementar nº 56, de 18.02.1991, impondo requisitos para a criação de municípios.

Procedida a análise da proposição, constatamos premente necessidade de regulamentação da matéria de criação e incorporação de municípios no Estado do Paraná, não só no que tange a especificação de requisitos, como também, para a adequação da tramitação processual legislativa de uma matéria especial tão importante, com determinação eficaz de todo o sistema envolvido para a criação ou incorporação de um município.

Em nosso entendimento a Lei Complementar nº 56 padece de inúmeros vícios, não só constitucionais como de essência jurídica, sendo necessária sua inteira reformulação aos moldes preceituados pelas Constituições Estadual e Federal, disci-

plinando de maneira correta e simples, para o consulente, o Projeto.

Em sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral que se apresenta em anexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 275/95

Art. 1º - Nenhuma área do território do Estado do Paraná será objeto de incorporação ou criação de municípios, sem o atendimento do disposto no parágrafo 1º, do artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná e dos seguintes requisitos:

I - população estimada não inferior a 5.000 (cinco mil) habitantes, nas respectivas áreas no caso de criação ou incorporação integral de municípios;

II - no caso de criação de municípios, nas áreas territoriais desmembradas ou objeto de fusão, o número de habitantes não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da população de cada município de origem;

III - os municípios de origem não poderão perder mais do que 30% (trinta por cento) de seus territórios, nos casos de desmembramento ou fusão de áreas territoriais;

IV - número de eleitores não inferior a 3.000 (três mil);

V - capacidade de oferta de serviços públicos de saúde;

VI - capacidade de oferta de ensino público fundamental;

VII - capacidade de oferta de serviços públicos de segurança.

VIII - existência de comércio, indústria, produção agrícola ou qualquer outra atividade que propicie autosuficiência econômico-financeira, com a demonstração da capacidade geradora de receitas, especialmente tributária, nas respectivas áreas;

IX - plano de infra-estrutura básica, no tocante ao abastecimento de água potável, esgoto, vias de acesso rodoviário, transportes, energia elétrica e serviços telefônicos;

X - distância mínima de 10 (dez) quilômetros entre o perímetro urbano do município criado e os perímetros urbanos dos municípios circunvizinhos.

§ 1º - Os requisitos dos incisos V, VI, VII, VIII e IX, constarão do Plano de Desenvolvimento referido no inciso II, do artigo 5º desta lei.

§ 2º - O requisito do inciso I, será apurado pela Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, com base em dados do órgão competente para levantamentos censitários no País, e do inciso IV, pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE.

§ 3º - Os requisitos dos incisos V, VI e VII, serão apurados e avaliados, respectivamente, pelas Comissões Técnicas Permanentes de Saúde, Educação e Segurança Pública, e o inciso VIII, pelas Comissões Técnicas Permanentes de Finanças, Agricultura, e Indústria e Comércio, da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 2º - A criação de municípios ocorrerá mediante:

I - desmembramento de área territorial de um ou mais municípios;

II - fusão de duas ou mais áreas territoriais pertencentes a dois ou mais municípios;

III - fusão de dois ou mais municípios, com a extinção destes.

Parágrafo Único - Nas hipóteses deste artigo, a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Constituição e Justiça, solicitará pareceres às Prefeituras e Câmaras Municipais envolvidas, que manifestar-se-ão no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da solicitação, para a devida instrução processual legislativa e análise de mérito.

Art. 3º - A incorporação de município ocorrerá através de transferência integral ou de parte do território de um município para outro, com a anuência de ambos.

Art. 4º - É proibida a incorporação ou criação de municípios, quando a medida importar para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos em lei.

Art. 5º - O procedimento para a incorporação ou criação de municípios terá início mediante:

I - representação dirigida a Assembléia Legislativa, subscrita por no mínimo 100 (cem) eleitores, contendo o número dos títulos e zonas eleitorais e atestado de residência nas respectivas áreas, através de requerimento de Deputado, que constará como autor da proposição.

II - apresentação de Plano de Desenvolvimento do novo município, assinado por profissional habilitado em urbanismo e outros profissionais necessários, dependendo da especialidade da matéria a ser planejada.

§ 1º - A representação de que trata este artigo, deverá apresentar a área da unidade proposta, demonstrando suas divi-

sas de forma clara, precisa e contínua, as quais, sempre que possível, acompanharão acidentes geográficos permanentes e facilmente identificáveis, com levantamento topográfico, além da denominação do novo município e a indicação da zona cívico-administrativa sede.

§ 2º - Na toponímia dos novos Municípios, é vedada a repetição de nomes de Cidades ou Vilas brasileiras já existentes, bem como a designação de datas, nomes de pessoas vivas e o emprego de denominação com mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais, além de denominações pejorativas e algarismos.

§ 3º - Os Profissionais habilitados referidos no inciso II, deste artigo, serão responsabilizados na forma da Lei, caso prestem informações falsas, no que concerne ao disposto no § 1º, do artigo 1º, desta lei.

§ 4º - Os atestados de residência mencionados no inciso I, deste artigo, serão fornecidos a título gratuito pela autoridade competente.

Art. 6º - Recebidas as representações pela Assembléia Legislativa sobre incorporação ou criação de Municípios, serão lidas em resumo no Expediente da imediata reunião plenária do recebimento, autuadas na forma de Projetos de Lei e encaminhadas às Comissões Técnicas Permanentes constantes do § 3º do artigo 1º, desta lei, para apuração e avaliação de requisitos.

Parágrafo Único - Instruída a proposição com pareceres conclusivos das Comissões referidas no "caput" deste artigo, será enviada à Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 7º - A Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da proposição solicitará:

I - informações à Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, para apuração do requisito constante do inciso I, do artigo 1º, desta lei, para verificação de existência de impedimento quanto a toponímia, constante do § 2º, do artigo 5º, desta Lei, e apuração de existência de dissentimentos no traçado do polígono definidor das divisas territoriais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - I.B.G.E.;

II - informações ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, para apuração dos requisitos constantes do inciso IV, do artigo 1º, desta Lei e verificação se os eleitores que subscreveram a representação, são registrados como pertencentes às zonas eleitorais existentes nas áreas a serem objeto de incorporação ou criação de Municípios, na forma do inciso II, do artigo

10, desta lei;

III - informações ao Instituto Ambiental do Paraná - I.A.P., para apuração do inciso X, do artigo 1º, desta lei, e de existência de dissentimento no traçado do polígono definidor das dívidas territoriais;

Parágrafo Único - Os órgãos referidos neste artigo, no âmbito de abrangência desta Lei, prestarão informações no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 8º - Instruída a Proposição, a Comissão de Constituição e Justiça nomeará relator, que manifestar-se-á no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos, quanto aos aspectos constitucionais legais, regimentais e de técnica legislativa da matéria, e quanto ao mérito da incorporação ou criação do Município, apresentando Projeto de Resolução autorização de Plebiscito nas respectivas áreas, no caso de parecer favorável.

Parágrafo Único - No caso de parecer contrário a incorporação ou criação de Município, por vícios insanáveis fundamentados em mérito, inconstitucionalidade, ilegalidade, antiregimentalidade ou por descumprimento de qualquer dos requisitos exigidos, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça requererá ao Presidente da Assembleia Legislativa o arquivamento da Proposição, que o fará após aprovação do Plenário.

Art. 9º - Aprovado o Projeto de Resolução pelo Plenário, após sua promulgação, o Presidente da Assembleia Legislativa solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral - T.R.E., a realização de Plebiscito.

Art. 10 - A forma de consulta plebiscitária, em matéria de incorporação ou criação de Municípios será regulada por Resolução do Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os seguintes requisitos:

I - cédula oficial, contendo palavras "sim" ou "não", indicando respectivamente a aprovação ou não rejeição à incorporação ou criação do Município;

II - eleitor pertencente a zonas eleitorais existentes nas áreas diretamente afetadas pela incorporação ou criação de Município, a mais de 01 (um) ano da data de entrada da representação dirigida à Assembleia Legislativa solicitando incorporação ou criação de Município.

Art. 11 - A aprovação do eleitorado no plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 1º - Se o comparecimento não tiver sido suficiente ou o resultado do plebis-

cito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma legislatura.

§ 2º - Na ocorrência dos casos constantes do artigo 2º, desta lei, o plebiscito será realizado de forma separada, exigindo-se, para a aprovação da criação, o voto da maioria simples e o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado de cada área territorial participante, bastando a rejeição do eleitorado de uma das áreas territoriais para a desaprovação da proposta.

Art. 12 - Nos casos constantes do artigo 2º, desta Lei, o resultado favorável à criação do novo Município será considerado como manifestação eleitoral de aceitação da Zona Cívico-Administrativa proposta como sede do novo Município.

Art. 13 - Só serão admitidas emendas em proposição de incorporação ou criação de Municípios, se forem corretivas por constatação de dissenhamento no traçado do polígono definidor das divisas do novo Município ou por impedimento quanto a sua toponímia.

Art. 14 - O requerimento de Regime de Urgência em proposições de incorporação ou criação de Municípios, só produzirá seus efeitos após a apresentação de Projeto de Resolução pela Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 15 - recebida pela Assembleia Legislativa, a comunicação do Tribunal Regional Eleitoral versando sobre o resultado do Plebiscito, será lida em resumo no Expediente da primeira reunião plenária subsequente ao recebimento e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 16 - Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento, nomeará relator que, no caso de resultado favorável à incorporação ou criação de Município, apresentará parecer indicando a favorabilidade à tramitação da matéria, transformando a Resolução em Projeto de Lei que terá a autoria da Comissão de Constituição e Justiça que seguirá o rito segundo o estabelecido às demais proposições, até a homologação da proposta pelo Plenário.

Parágrafo Único - No caso do resultado de plebiscito contrário à incorporação ou criação de Municípios, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça solicitará ao Presidente da Assembleia Legislativa o arquivamento da proposição em conjunto com a resolução que determinou o plebisci-

to, que o fará após a aprovação do Plenário.

Art. 17 - O novo Município será instalado com a posse do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea a daqueles Municípios já existentes.

Art. 18 - Até a elaboração de Lei Orgânica própria, vigorará no Município criado as Leis do Município de Origem ou do Município de maior população, no caso de criação originada de dois ou mais Municípios.

Art. 19 - O território do novo Município continuará a ser administrado pelo Prefeito do Município de origem ou de maior população, no caso de criação originada de dois ou mais Municípios.

Art. 20 - No prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de criação do Município, a Presidência da Assembléia Legislativa, constituirá respeitada a proporcionalidade partidária, Comissão Especial, composta por cinco (cinco) Deputados, sendo um autor da Proposição de criação do Município que a presidirá, um representante da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, um representante de cada Município de origem, e um representante do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º - A Comissão a que se refere o "caput" deste artigo, terá incumbência, de intermediar os interesses entre o Município ou Municípios de origem e o Município criado, com vistas a acordos e convênios no que concerne a transferência patrimonial, bens e serviços, inventários, servidores públicos, receitas e despesas, financiamentos e demais matérias e conflitos que porventura possam existir, tomando-se sempre com base a média ponderada entre área territorial, população e arrecadação, invocando, se necessário, a tutela jurisdicional.

§ 2º - A Comissão a que se refere o "caput" deste artigo terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, para a apresentação de relatório e proposição legislativa para homologação dos acordos através de lei.

Art. 21 - Não poderá ser feitas incorporações ou criação de Municípios em ano de eleição Municipal.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Complementares nº 56 e 57/91 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(aa) VALDIR ROSSONI/
NELSON JUSTUS

Apoioamento: José Tavares.

O SP. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) -
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos neste instante a incumbência de encaminharmos a votação de um projeto de autoria do eminente Deputado Duílio Genari, que procura dentre outras maneiras diminuir o número de habitantes, para criação de novos municípios da Lei Complementar 056, de 5 mil habitantes para 2 mil habitantes.

Com todo respeito que ele merece, o nobre Deputado a amigo Duílio Genari, o momento é o mais inoportuno possível para apresentação de um projeto dessa natureza, até porque vivemos uma economia de guerra, vivemos um momento muito especial, onde a sociedade como um todo vem pagando um ônus muito caro pelas deformações constantes dos poderes constituídos e não é justo ou é impatriótico que num momento como este, em que os prefeitos fecham as portas das suas prefeituras que a sociedade assiste e sinaliza para que os governos façam a sua parte na retomada dos caminhos do nosso país, não é justo que ao tempo em que escutamos desta tribuna, prefeitos virem aqui mendigar condições para pagar o seu 13º, prefeitos virem aqui pedir por favor para que os Deputados parem de dividir a miséria criando municípios sem as devidas condições.

Quero deixar bem claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em momento algum sou contra a criação de novos municípios. O Paraná que teve ao seu tempo a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, numa época muito oportuna, criou centenas de Municípios, numa época em que se precisava colonizar o nosso Estado. Hoje não vivemos esse momento, não é possível que por razões muitas vezes meramente eleitorais, procuremos onerar os cofres públicos, que já estão há muito tempo vazios.

Por essa razão, sem quaisquer radicalismos rogo à V. Exa. que votemos contrariamente a este Projeto que flexibiliza ou que facilita, que enfraquece uma Lei que já é fraca, como a Lei Complementar nº 56.

Rogo à V. Exa. o bom senso, o equilíbrio e o patriotismo acima de tudo, para que derrubemos em 1ª discussão esse Projeto, até porque lideranças de Partidos nesta Casa, constituídos nessa Casa, através da Comissão de Constituição e Justiça elaborou e aprovou um Substitutivo voltado para 5 mil habitantes, para número de eleitores e com condições de pelo menos governabilidade na criação desses municípios.

Vale dizer - e que fique muito bem claro - que neste Substitutivo, que através de Requerimento apresentado à Mesa seja transformado em Projeto de Lei, fica

claro - e deve ficar inclusive escrito no próprio Substitutivo - que os Projetos em andamento nesta Casa, deverão ter o seu trâmite normal, obedecendo a norma atual da Lei Complementar n° 056.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço num primeiro momento o encaminhamento contrário a este Projeto ora em votação. E de igual maneira, uma vez não aprovado este Projeto requerer à Mesa que no uso das suas atribuições legais e na forma do Artigo 132, § 2°, inciso V, do Regimento Interno, os Deputados requerem que o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça ora votado que altera o Artigo 2° da Lei Complementar n° 56 seja destacado para constituir Projeto em separado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e mais uma vez, rogo à V. Exa. para que o bem senso, o equilíbrio e o patriotismo acima de tudo, vigore nesta Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer a V. Exa. e aos demais Deputados, que no dia de ontem votamos nesta Casa e foi aprovado por unanimidade que não se receberia nenhum outro Projeto de Resolução propondo a realização de plebiscito e conseqüentemente a criação de municípios, até que tivéssemos uma nova lei normatizando a criação de novos municípios. Sabemos pela tramitação, qual o tempo que leva um projeto tramitando na Assembleia, seu autógrafo, sua publicação no Diário Oficial, fornecimento de certidões pelo IBGE, memorial descritivo pelo IAP, mapa fornecido pelo IAP e posteriormente análise e decisão final do TRE marcando plebiscito, realização do plebiscito, lei na Assembleia Legislativa, sanção do governador, publicação do Diário Oficial. Sabemos que nenhum desses processos logrará êxito em menos de 60 dias ou mais. Se aprovamos um requerimento nesse sentido, significa que qualquer projeto de lei que viesse a ser aprovado agora dentro dos novos critérios, não lograria êxito da mesma forma, porque não existe mais tempo hábil necessário para que se tramite na Assembleia, no TRE, no Palácio Iguaçu, qualquer criação de município a não ser os que estão com plebiscito marcado ou que estejam com sua tramitação em fase adiantada.

Por essa razão e dentro daquilo que já disse aos órgãos de imprensa, é que não concordamos com votação de qualquer nova lei, disciplinando a criação de um município.

Entendemos que não teremos mais tempo para criar município, não é permitido a apresentação de novos projetos, no ano que vem, ano eleitoral, não se pode analisar

essas questões. Que deixemos a nova lei, deixemos para aprovar uma nova lei fora da paixão, fora do clima de campanha eleitoral, que deixemos para fevereiro de 1997 e é por essa razão que eu, embora sendo favorável a algumas modificações na Lei n° 56/91, votarei contra o projeto do Deputado Duílio Genari e votarei contra ao outro projeto que será apresentado, projeto de lei complementar, caso ele venha a ser discutido e votado ainda neste ano de 1995.

Não tem mais projeto novo, não tem mais tempo. Ano que vem não se discute e não se vota criação de município, vamos deixar isso para depois das eleições, já que o clima e o momento não são propícios nesse instante.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com referência ao projeto apresentado por mim, o Presidente desta Casa e outros Deputados, quero cumprimentar o Deputado Nelson Justus meu amigo e que defende a rejeição do nosso projeto, o nosso projeto só tem uma intenção, o nosso projeto tem a intenção de dar os mesmos direitos que foram dados a 74 municípios que hoje não têm 5.000 habitantes.

O nosso projeto, e vou falar em termos de distritos que poderão ser municípios, que conheço, da minha região. Por exemplo: Novo Sarandi, Vila Nova, Bragançana, Encantado do Oeste e temos ainda, em Marechal C. Rondon, Margarida, em Santa Helena, São Clemente. Todos eles têm condições econômicas, têm condições de estrutura porque só para ter uma noção, o município que poderá ser criado ainda, de Vila Nova, na sede do município, tem 169 telefones, 100% de água encanada esta estrutura, com telefones, 100% água encanada, energia elétrica 100%. Não existe um morador daqueles territórios, nesses municípios que poderão ser criados que tenha uma família sem energia elétrica.

Não podemos aqui nesta Casa nos basearmos por alguns municípios que não tem estrutura. Estamos defendendo com 3 mil habitantes porque temos aqui no Estado do Paraná 74 municípios com menos de 5 mil habitantes.

Acho que é resgatar a cidadania daquele povo que mora naqueles Distritos. O que estamos fazendo hoje, Deputado Nelson Justus, é dar oportunidade que aqueles Distritos um dia possam se tornar maiores e possam ajudar a desenvolver este nosso Paraná.

E peço aos Deputados que votem a favor

do nosso projeto. É um projeto que, como já disse, vai pelo mínimo dar oportunidade àqueles Distritos que têm a sua estrutura e que possa de fato ter o seu caminho e que eles mesmos, a comunidade administre e faça desenvolver aquela região.

Veja, estamos disputando e lutando aí para conseguir mais casas. Olha, se criarmos em torno de 35, 40 municípios, pelo levantamento que dá condições ao Paraná, precisaremos pelo mínimo, 4 mil casas no futuro nas grandes cidades, porque aquele povo sai daqueles Distritos e vão nas grandes cidades até passar dificuldades.

Então, por isso que peço que votem a favor do nosso projeto que é um projeto, eu acho, sinto que vai resgatar a cidadania de alguns Distritos e vamos valorizar aquela gente daquele Distrito que souberam preparar o seu Distrito para ser município.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, para encaminhar, o Sr. Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos encaminhar contrários ao projeto que estabelece o limite de três mil habitantes, no mínimo, para criação de novos municípios.

Queria, a princípio, me ater as declarações do Deputado Orlando Pessuti.

Deputado Orlando Pessuti, queria dar um dado para o Senhor: nos anos de 1987 ao ano de 1990, a Assembleia Legislativa do Paraná autorizou realização em 50 e poucos municípios e 48 desses Distritos vieram a ser tornar municípios. Desses 48 municípios, vinte e oito têm menos de 5 mil habitantes. Catorze desses 48 têm entre cinco e dez mil habitantes. Três desses municípios têm entre 10 e 15 mil e o restante, os outros três acima de 15 mil. Desses 28 municípios só 2 são auto-suficientes.

Temos os dados da FAMEPAR, vamos passar depois a sua assessoria, só dois desses municípios são auto-suficientes. O que acontece é quando esses municípios novos são criados com menos de 10 mil habitantes, eles passam a receber Fundo de Participação de Municípios por 10 mil habitantes, independente do tamanho, com mil, dois mil, quatro mil, três mil. Os municípios que são criados com menos de 10 mil habitantes eles recebem do Fundo de Participação dos Municípios que passa a ser a sua principal fonte de recursos, ele passa a receber como se tivesse 10 mil habitantes e aí fazemos uma divisão do bolo que o Paraná tem direito no Fundo de Participação dos Municípios e dividimos a miséria.

Tiramos da já miserável parcela que é repassada aos municípios do Paraná e repassamos a um distrito como se ele tivesse dez mil habitantes. Se o município tiver 3 mil habitantes, 7 mil pessoas no Paraná receberão recursos a menos nos 371 outros municípios.

A divisão da miséria não gera desenvolvimento e aí quero discordar do projeto, Deputado Duílio Genari, fazendo a afirmação de que criação de município, transformação de distritos em municípios não é fator gerador de desenvolvimento. Fator de desenvolvimento é um plano estratégico que o Estado do Paraná, através da campanha e espero que o Governador Jaime Lerner venha cumprir o que disse no seu programa eleitoral.

Um programa de desenvolvimento, uma cadeia de interligação de rodovias de hidrovias, com os portos, com os principais Estados deste país. Um plano de desenvolvimento estratégico de que cada região desse Paraná produza as suas riquezas mais afins com o seu clima, com a sua terra, com as suas riquezas naturais. Que o Paraná pare de plantar lá no sul ou no Norte, no Noroeste, no Sudoeste os mesmos plantios e pare de desenvolver desenfreadamente, pare de receber recursos desenfreadamente em regiões que não são propensas a determinadas lavouras. Plano de desenvolvimento estratégico é isso.

Se os Senhores lerem o plano do orçamento para o ano que vem, ele inicia dizendo que o Governador Jaime Lerner vai tentar através do seu orçamento fazer com que o plano de desenvolvimento da sua campanha eleitoral seja levado avante.

Para desenvolver em cada região os principais produtos que aquela região deve desenvolver e na economia de cada região, vai ser buscado que haja uma industrialização afim com os produtos que se produzem lá, com que os produtos sejam desenvolvidos, sejam industrializados em cada local desse Paraná, isso é um plano de desenvolvimento estratégico.

Plano de Criação de Municípios não é plano de desenvolvimento. Criação de municípios não pode ser tido como fato gerador de desenvolvimento.

Cidadania se constrói com um plano correto, ordeiro e um cidadão é fixado no seu habitat natural, o cidadão não vem para a favela da grande metrópole a partir do momento em que ele tiver condições de vida, não a partir do momento que ele tem um prefeito, um vereador para quem votar. Voto ele tem independente do local onde ele tem, ele tem direito, já é direito. A única coisa que ganha um morador em termos de cidadania é votar em alguém que vai estar mais perto que ele, isso não dá cidadania coisa nenhuma. Cidadania, Deputado,

se dá através de medidas concretas no plano econômico, no plano cultural, no plano de desenvolvimento do homem como um todo. Criar município não dá cidadania, não traz desenvolvimento, não gera riqueza, pelo contrário divide o bolo da miséria.

Senhores Deputados, acompanho as lideranças do PTB, PP, PSDB e do PT e peço voto contrário a esse projeto, na medida em que não é possível discutirmos um plano do Paraná, sem que haja condições mínimas para a gente parar e saber exatamente o quanto vamos gastar no serviço público e cada vez que se cria um município, cria-se uma demanda a mais de servidores públicos e não de serviço público.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) -

Favorável a esse Projeto, e com todo o respeito, contrapor alguns argumentos do eminente Deputado, que aliás tem aqui neste Parlamento grande consideração dos seus colegas, Nelson Justus, e o Deputado Waldir Rossoni, Líder da Bancada do PDT nesta Assembléia.

Senhor Presidente, não se pode, em absoluto, jogar nas costas dos municípios brasileiros a crise que vivemos hoje neste país, crise decorrente da política desenvolvida pelo Governo Federal, decorrente da centralização de recursos do Governo Federal; não se pode dizer que as Prefeituras estão fechando hoje, que os municípios estão falidos, porque pretendemos aqui dar o direito de algumas comunidades do interior do Estado do Paraná de caminhar com suas próprias pernas. O problema é mais profundo, é mais grave, é de ordem conjuntural neste país.

É preciso, Sr. Presidente, que haja uma Reforma Tributária que viabilize os municípios brasileiros, é por aí que temos que discutir.

Acompanho lá no Sudoeste do Paraná e também no Oeste acompanhei a criação de diversos municípios e nenhum, absolutamente nenhum município envergonhou os seus munícipes. Pelo contrário, todos eles tiveram as suas qualidades de vida melhoradas em todos os municípios. O bolo do FPN é um só e se cria município em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Rondônia, no Rio Grande do Norte e com a criação de mais municípios nesses Estados, efetivamente levam mais recursos do FPM, porque nós aqui travamos a criação de municípios que podem ser fortes.

Por isso sou plenamente favorável ao Projeto do Deputado Duílio Genari, até porque são municípios que foram criados nesta Assembléia há quatro, cinco, seis anos atrás que já tiveram o plebiscito autorizado e o Tribunal Regional Eleitoral, de forma ilegal se negou a marcar o ple-

biscito que esta Assembléia já havia autorizado em alguma dessas localidades como é o caso de Antonio Paranhos, que já tem Lei sancionada pelo Governador Álvaro Dias, como é o caso de Palmitópolis de Novo Sarrandi e de outras comunidades que esta Assembléia já autorizou o plebiscito e o Tribunal Regional Eleitoral que não cabe analisar o mérito, se nega de marcar o plebiscito.

Por isso, Sr. Presidente, acho que esse Projeto é extremamente sensato. Não podemos aqui colocar numa camisa de força proibir que municípios do interior que a população do interior do Estado não tem o direito de se locomover com suas próprias pernas, de ter a independência e levar para lá o desenvolvimento na área educacional, na área de segurança pública, na área de transportes, não temos o direito de proibir que as comunidades do interior do nosso Estado fiquem à margem do desenvolvimento e do progresso.

Esta Assembléia tem que cuidar sim, tem que dar condições sim, para que essas comunidades se desenvolvam, cresçam e vivam numa sociedade e aliás que registrem a cidadania. Conheço lá no interior, é preciso resgatar essa verdade, todos os municípios, nenhum em que pese a crise que falam em que pese as dificuldades que argumentam, nenhum teve a sua vida dificultada, todos os municípios melhoraram e estão aí os números e os dados. Está aí o eminente Deputado Nelson Tureck, foi Prefeito de Luiziana, Distrito de Campo Mourão, se lá não fosse município, Deputado Tureck, com certeza Luisiana não seria a comunidade forte, pujante, progressista que é hoje e que o Senhor muito bem governou.

Era isso, Senhor Presidente. Era essa a minha manifestação nesta tarde e reiterar que nós vamos votar favorável e fazer um apelo ao Deputado Nelson Justus, brilhante parlamentar que orgulha esta Casa, que reveja a sua posição e que nos ajude a fazer com que outras comunidades no interior do Paraná possam caminhar por suas próprias pernas.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso para que faça o seu pronunciamento contrário ao projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, quero me manifestar contrário ao projeto do ilustre Deputado Duílio Genari, projeto que subscreve S.Exa. e outros ilustres parlamentares e que como está sabidamente conhecido por todos nós, o objetivo principal do projeto é reduzir o n° de 5.000 habitantes para 3.000 nos distritos que se pretende transformá-los em município.

Tenho me manifestado ao longo dos anos aqui, quase sempre votando contra os projetos de maneira geral, procurando criar o município simplesmente porque tem 5.000 habitantes que muitas vezes são buscados em glebas de municípios diferentes: 500 de cá, 200 de lá. Entra-se no município, não se consulta Câmaras Municipais, nem Prefeitos Municipais.

Tivemos na votação do projeto do distrito de Pirapó, de Apucarana a manifestação de habitantes de glebas que não tinham sido consultados, não sabiam e vejo inúmeros distritos com projeto de transformação mesmo com a lei exigindo 5.000 habitantes, buscados em 2, 3, 4, municípios diferentes, sem que as Câmaras saibam e que seus prefeitos sejam consultados. Pior que isso. Pior que isso, Senhor Presidente, temos dezenas de municípios criados já estando em vigor a lei n° 56 e que não têm 5.000 habitantes, segundo a imprensa noticiou. Será que as certidões do IBGE diziam a realidade?

Examinei ainda na CCJ o que diz a certidão do IBGE, de que com base no censo de 1.991 aquela localidade ou aquelas localidades, porque se nos referimos à gleba diferentes, glebas pertencentes a municípios diferentes, como é que o IBGE pode dizer, com precisão que lá residem 5.047 habitantes? Como pode certificar que com base no censo de 1.991 distritos ou povoados à época que ninguém imaginava fossem transformados em municípios, tivessem eles 5.049 habitantes, Senhor Presidente!

Portanto, alguma coisa está errada. Se esta Casa votou inúmeros municípios, porque lá deveria existir 5.000 habitantes e hoje não os têm, não existe aquela população, alguma coisa grave está acontecendo.

Imagine meu amigo, pessoa que prezo e estimo, meu companheiro Duílio Genari, se alterarmos a lei atual n° 56 que tem essa exigência mínima, se reduzirmos para 3.000 habitantes, quantos municípios mais o Paraná haverá de criar? Cem, duzentos municípios mais?

Não quero entrar nessa discussão se resgata a qualidade de vida, e que eu duvido disso, se é importante o desenvolvimento da comunidade eu também duvido. Preocupa-me, Senhor Presidente, este quadro atual em que os municípios estão aí, todos os Senhores Parlamentares falam, comentam e ouvem, municípios de chapéu na mão ou de mãos estendidas procurando auxílio do Governo do Estado para décimo terceiro salário e nós queremos criar ainda mais municípios.

Mas a criação dos municípios agora vai implicar em que o erário se prejudique agora logo mais, o ano que vem, não senhor, não. A criação de um município, é meu entendimento, Senhor Presidente, res-

peitadas as opiniões divergentes, o grande prejuízo, Senhor Presidente, é no futuro, daqui dez anos, vinte anos, trinta anos, nós estamos criando no Brasil, Senhor Presidente, diariamente, cargos de Prefeitos, Vice-Prefeito, Vereadores, funcionários de futuras Câmaras Municipais, funcionários de Prefeituras Municipais, que deverão ser aposentados, pagos, garantidos pelo erário público.

Dai, Senhor Presidente e nobres colegas, terão a esperança, tendo conhecimento de um recorte de jornal que me passou a ilustre Deputada Irondi Pugliesi, com a manifestação do Senhor Ministro da Justiça, que estuda S.Exa. a proposta de uma emenda constitucional para mudar a legislação, porque se ficar a critério das Assembleias Legislativas nada vai se mudar, muito pouco vai se mudar, até porque e principalmente nós nos encontramos quase em todas estas oportunidades em constrangimento com os nossos amigos, os nossos colegas aqui de Casa de alguns anos, a nos pedirem para que votem a favor ou contra o seu município.

É evidente que não queremos conviver com este clima aqui de desconfiança, de não acatamento da solicitação. Este constrangimento, é evidente, ele existe. Mas, Senhor Presidente não é o Paraná e talvez por isso eu tenha solicitado a minha palavra para dizer da contrariedade do meu voto, mas é a esperança que o Congresso Nacional, por iniciativa de algum Parlamentar, ou do Senhor Ministro da Justiça, reveja e que haja a alteração constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para encaminhar a favor, com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pego a compreensão dos nobres e ilustres Deputados Romanelli e Renato Adur, que tenham um pouquinho de paciência e ouçam as minhas ponderações a respeito deste projeto de lei 275/95, e defendo a aprovação desta lei por diversos motivos, mas principalmente por dois motivos. Um, porque acho que faz parte do instinto do ser humano querer ser livre, querer ser independente, querer cuidar, um direito adquirido, universal, é inerente ao ser humano e não é justo que nós fiquemos criando dificuldades para que as comunidades se emancipem.

Tenho mais de vinte anos de mandato, tenho acompanhado a criação de uma série de municípios, particularmente da minha região, não vi um único município, dentre dezenas que lá foram criados que a popula-

ção, o Estado ou a região tenha se arrependido pelo fato de terem se emancipado. Pelo contrário, Distritos abandonados, caídos, discriminados, viraram belas e bem estruturadas cidades. Diversos, diversos, diversos casos.

Tem uma questão pragmática também, ainda esta semana prestava atenção no noticiário nacional e ouvia a notícia de que somente neste final de semana passada, aliás, retrasada, o Estado de Minas Gerais aprovava a criação de mais de 108 novos municípios. Foram para a totalidade quase 800 municípios. O Estado do Rio Grande do Sul mais 87, é isto, Deputado Annibelli, novos municípios. Tem um efeito econômico dentro do território do Estado no qual estão sendo criados os novos municípios. É a participação do Estado, através dos municípios no FPM, porque essa parcela do recurso que vem do bolo nacional, não estou falando do ICMS.

(vozes sobrepostas)

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer um dado do discurso do Deputado Sérgio Spada. O bolo no fundo de Participação no Brasil todo, é dividido por habitante e aí então você paga cada unidade da Federação e o bolo do Paraná é um, o bolo do Rio Grande do Sul é outro e o de Minas Gerais é outro. Nas subdivisões de municípios no Paraná é subdividido o bolo do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não procede a sua questão de ordem, continua com a palavra...

O SR. SÉRGIO SPADA - Por esse e por outros tantos motivos é que sou francamente a favor de que se dê condições para que novas comunidades sejam criadas. Tenho certeza, ganham com isso as comunidades respectivas, dos distritos que se emancipam, se não fosse assim, não ia acontecer esse tipo de procedimento em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em outros Estados da federação e diga-se de passagem, o Estado do Paraná é um Estado que tem relativamente poucos municípios se comparado com o número de habitantes e o tamanho do território.

Peço voto para esta Casa, para que aprove o projeto do Deputado Duílio Genari.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Gostaria de esclarecer ao Deputado Sérgio Spada, que brilhantemente honrou o Paraná no Congresso Nacional, antes da constituição era da forma como o Deputado assim o falou, agora o bolo é um só e cada município criado retira o dinheiro do bolo que o

Paraná tem, isto é, diminui o bolo do Estado.

Antes de 88...

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Presidente, acho que já foi discutido esse projeto, mais de três a favor, mais de três contra. Só queria levar ao conhecimento de que aqui ninguém falou que este assunto está se tratando apenas se aceita com menos de 3 mil habitantes, porque dá impressão de que nós estamos aqui a favor e contra a criação do município, não é esse o caso. Nós estamos só levantando a questão de número de habitantes, que fique bem claro nessa discussão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa requerimento que requerem seja destacado para constituir projeto em separado.

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, entendo que não cabe nesta hora esse requerimento dos nobres Deputados que subscreveram, porque este Substitutivo já faz parte integrante do projeto de autoria do Deputado Duílio Genari e Anibal Khury.

Se hoje rejeitarmos o Projeto do Deputado Anibal Khury, nada impede que os Deputados na Sessão de amanhã ou ainda hoje dêem entrada em um novo Projeto de Lei Complementar propondo novos critérios, basta para isso colher as assinaturas necessárias.

Então não vejo porque há necessidade de destacarmos o Substitutivo do Projeto vamos analisar o Projeto, se o Projeto for aprovado amanhã vamos votar o Substitutivo, se o Projeto for derrotado os Deputados...

(vozes paralelas no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Srs. Deputados que forem favoráveis ao Requerimento queiram permanecer como estão.

Aprovado o Requerimento.

Portanto o Projeto está em destaque.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Srs. Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se.

Aprovado o Requerimento.

Está em votação o Projeto nº 275/95.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de saber como foi o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vou

recolocar em votação pela Questão de Ordem do Deputado Nereu Moura.

Srs. Deputados que aprovam o Requerimento: vinte e seis Deputados aprovam; cinco rejeitam.

Esta Presidência coloca em votação o Projeto n° 275, lembrando aos Srs. Deputados que é um Projeto de Lei Complementar portanto são necessários 28 votos favoráveis.

Srs. Deputados que aprovam o Projeto n° 275/95 permaneçam como estão.

Rejeitado o Projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

Três Srs. Deputados aprovam.

Trinta Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado o projeto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Gostaríamos de comunicar aos membros da Comissão de Agricultura, que, tendo em vista o adiantado da hora, essa reunião fica adiada e que deveremos comunicar então. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, requerimento n° 3195, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni e Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3181, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3192, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3182, 3190 e 3191, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3183, de autoria do Sr. Deputado Cezar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3188, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3196 a 3209 e 3189,

de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3186 e 3187, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3185, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 3193, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3211, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3210, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Retirado Pelo Autor.**

Requerimento n° 3212, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves Moura, constante do expediente. **Retirado Pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 107, 376 e 377/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 409/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 1995.

"URGÊNCIA NA CRIAÇÃO DE UMA LEGISLAÇÃO PARA AS RELIGIOES"

Jornal Gazeta do Povo

O disciplinamento, via legislativa, do direito constitucional que garante as "liberdades religiosas" no Brasil pode virar realidade diante dos abusos que vêm sendo constatados quando se trata da fé da população. Casos de enriquecimento rápido, fanatismo, curandeirismo e até mesmo homicídios, em nome da fé e de "Deus", precisam ser controlados. A opinião é do advogado e ex-presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, Elias Mattar Assad.

Segundo ele, a sociedade deve repensar o ter a religiões e refletir diante dos perigos da liberdade excessiva. Mattar Assad argumenta que, assim como há no país a liberdade de imprensa, os partidos políticos e o livre exercício de qualquer profissão, ao lado existe a Lei de Imprensa, a Lei Orgânica dos Partidos, os códigos de ética das profissões, a OAB, CRM, Crea, entre tantas outras leis e entidades guardiãs da própria imagem, que funcionam como divisor de águas entre o bom e o mau militante. "Se temos leis tuteladoras do consumidor, da economia popular, inclusive um parlamentar pode ser destituído de um mandato eletivo por falta de decoro, e mesmo impedir um presidente da República, por que não se pode estabelecer parâmetros no campo ético-religioso para tutelar a credulidade pública?", questiona o advogado.

O episódio recente que envolveu as Igrejas Católicas e a Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, é um exemplo do abuso que vem aconte-

cendo. O ato de chutar a imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, não foi apenas um insulto à Igreja Católica, mas aos que nela crêem e um verdadeiro estopim de uma guerra entre as religiões. Uma das provas disto ficou na tentativa de um católico do Nordeste do país, que dois dias depois do insulto à santa, entrou com uma arma num dos templos da Igreja Universal para eliminar os "endemoniados" fiéis que participavam do culto.

Em manifestações que vêm sendo publicadas em jornais, representantes da Igreja Católica criticam o ato e questionam outro campo, o das metodologias utilizadas pela Igreja Universal. O arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, em artigo publicado nos últimos dias, utilizou trechos da Bíblia, em São Tiago (Tg. 5,1), para criticar a exploração e o acúmulo de riquezas, de modo desonesto. Segundo a imprensa, a Igreja Universal vai arrecadar só neste ano cerca de US\$ 735 milhões, o dobro do lucro líquido da Autolatina, US\$ 337 milhões, a maior empresa privada do país. Assad lembra que este tipo de discussão pode ter um efeito de bola de neve. Há que se separar a indústria da fé da religião propriamente dita, seja ela qual for.

"A sociedade deve refletir, em conjunto, o ato de comercializar a fraqueza e a fé a que se apegam o ser humano", afirma.

Para o ex-presidente da Abrac, a questão está em fundir liberdade e res-

trição moral e ética. O Código Penal, em seus artigos 283, 284 ou 171, dizem que é crime: "Exercer curandeirismo: I — prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente qualquer substância; II — usando gestos, palavras ou qualquer outro meio...", ou "incultar ou anunciar, por meio secreto ou infalível...", ainda, "obter para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento".

Já a Constituição Federal, em seus artigos 5º, Incisos VI, VII, 210, estabelecem, respectivamente: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva", e, finalmente, "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental".

O que se intenciona é a criação de uma lei regulamentadora das atividades religiosas, tornando públicos os atos constitutivos e seus princípios éticos, a troca de poderes, os deveres, direitos, infrações e sanções, não somente de seus membros mas também, até mesmo a proibição de funcionamento em casos extremos, métodos de pregação, de arrecadação de fundos, responsabilidade civil e, quem sabe, até, um teólogo responsável.